



# Fábrica do Álcool

## Relatório Intercalar

Setembro 2025



GOVERNO  
DOS AÇORES



ORDEM DOS ARQUITECTOS  
SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>2</b>
<b>1. HISTÓRIA</b> .....	<b>4</b>
<b>2. DILIGÊNCIAS QUE ANTECEDERAM A PARTICIPAÇÃO DA ORDEM DOS ARQUITECTOS</b> .....	<b>12</b>
<b>3. PROCESSOS PARTICIPATIVOS: PROMOVER O DEBATE E ENVOLVER A COMUNIDADE</b> .....	<b>14</b>
3.1. Programa do Debate Público .....	15
3.2. Comunicações dos conferencistas e investigadores.....	22
3.2.1. Património Industrial e suas potencialidades: Requalificação e Musealização de antigos espaços industriais.....	22
3.2.2. Património e Turismo Industrial, potencialidades e desafios.....	24
3.2.3. Património Industrial e as suas potencialidades em contexto insular.....	27
3.3. Análise dos contributos do processo participativo.....	39
3.3.1. Contributos submetidos através do micro site .....	39
3.4. Balanço do Debate Público.....	43
<b>4. ENQUADRAMENTO NOS IGTs E CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO</b> .....	<b>45</b>
4.1. Instrumentos de Gestão Territorial .....	45
4.1.1. Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da ilha de São Miguel.....	45
4.1.2. Plano Diretor Municipal (PDM) da Lagoa.....	45
4.2. Complexo Industrial: caracterização arquitetónica e estado de conservação ...	48
<b>5. RECOMENDAÇÕES</b> .....	<b>56</b>
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>57</b>
Índice de Figuras .....	58
Índice de Tabelas .....	59
Índice de Quadros.....	59
Ficha Técnica.....	60

## INTRODUÇÃO

A Ordem dos Arquitectos, a associação pública representativa de todos os que exercem a profissão de arquiteto em Portugal, de acordo com o determinado no seu Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de julho, na redação atual, visa assegurar a salvaguarda do interesse constitucional por um correto ordenamento do território, por um urbanismo de qualidade, pela defesa e promoção da paisagem, do património edificado, do ambiente, da qualidade de vida e pelo direito à arquitetura e contribuir para a defesa e promoção da arquitetura, no reconhecimento da sua função social e cultural, mas também económica e ambiental.

A Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, a estrutura regional com âmbito territorial de competência circunscrito à Região Autónoma dos Açores, e a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública do Governo dos Açores, que detém a competência na área da gestão do Património na mesma Região, assinaram um Protocolo de Colaboração e, ao abrigo deste, um Contrato de prestação de serviços, a 11-11-2024 e a 27-11-2024, respetivamente, com o objetivo de definir uma estratégia e encontrar uma solução conciliadora e exequível para a intervenção e requalificação da Fábrica do Açúcar, no concelho de Ponta Delgada, e da Fábrica do Álcool, no concelho da Lagoa, ambas na ilha de S. Miguel.

O Protocolo de Colaboração, no seu propósito, previu a criação de duas Comissões de Trabalho, as quais são constituídas envolvendo os departamentos do Governo dos Açores com competência na gestão e na salvaguarda do património e nas obras públicas, as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia com competência nos territórios onde estão implantadas as Fábricas, o Museu Carlos Machado e o Museu da Lagoa, um representante da estrutura regional da Ordem dos Economistas e um conjunto de especialistas, na sua maioria, arquitetos. Estas duas Comissões de Trabalho foram criadas com os objetivos de elaborarem o programa para a promoção dos dois debates públicos sobre a intervenção e requalificação na Fábrica do Açúcar e na Fábrica do Álcool, bem como redigirem um documento orientador sobre a eventual requalificação das referidas fábricas.

Neste âmbito, as Comissões de Trabalho foram unânimes em considerar pertinente a criação de um micro site para, por um lado, reunir contributos com vista à participação dos cidadãos e, por outro lado, divulgar os programas dos debates públicos. Esta ferramenta, que esteve disponível à participação pública durante os meses de fevereiro e março, permitiu que qualquer cidadão interessado tivesse a oportunidade de manifestar as suas preocupações e sugestões. Estes contributos foram objeto da devida análise crítica da Comissão de Trabalho, sendo que o presente relatório apresenta a síntese e as conclusões deste processo participativo.

O debate público, promovido pela Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos num formato aberto à participação pública e com o objetivo de auscultar os cidadãos, ocorreu a dia 22 de fevereiro nas antigas instalações da Fábrica do Álcool. Contou com uma participação alargada de cidadãos e a presença de representantes de várias entidades, entre as quais, da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública do Governo dos Açores, da Câmara Municipal da Lagoa e, naturalmente, da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos.

O programa desta iniciativa compreendeu diferentes momentos, a saber: visita guiada às antigas instalações da fábrica; fórum com especialistas nas áreas do património industrial, da reabilitação, da arquitetura e do urbanismo, nomeadamente, José Amado Mendes, José Manuel Lopes Cordeiro, Inês Vieira Rodrigues e Susana Goulart Costa (moderadora); e, obviamente, um espaço de participação coletivo para reflexão e apresentação de sugestões de intervenção e requalificação da Fábrica do Álcool.

Com o objetivo de partilhar com os cidadãos os resultados dos processos de participação públicos, a Comissão de Trabalho entendeu elaborar o presente relatório intercalar, que, além de apresentar os resultados da análise dos contributos submetidos através do micro site e dos emanados do encontro público de 22 de fevereiro, reúne informação considerada relevante para o processo em curso, nomeadamente: a resenha histórica da SINAGA, em particular, no respeitante à Fábrica do Álcool; o levantamento de iniciativas ou procedimentos diversos que antecedem os trabalhos em curso, entre os quais, resoluções e decretos legislativos regionais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Conselho do Governo Regional dos Açores; o compêndio das comunicações dos especialistas que participaram no Debate Público; o enquadramento nos instrumentos de gestão territorial e a caracterização arquitetónica do complexo industrial, que incluiu a caracterização das componentes e elementos construtivos e do estado de conservação dos edifícios que fazem parte do conjunto; e as recomendações de medidas de intervenção imediata que garantam a preservação do património edificado e dos estudos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos futuros.

A Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos agradece a participação e os contributos de todos os cidadãos, membros da Comissão de Trabalho e trabalhadores das entidades que colaboraram neste processo, e sem os quais não teria sido possível promover o debate público e elaborar o presente relatório intercalar, tendo como foco a elaboração de uma proposta de intervenção e requalificação da Fábrica do Álcool.

# 1. HISTÓRIA

Isabel Soares de Albergaria  
UAc / CHAM

Carolina Cordeiro  
Arquiteta



Figura 1 – Fábrica de Álcool da Lagoa, autor desconhecido, data desconhecida (décadas de 1960-70).  
Fonte: Uma geocache de CMLagoa/Clubedegeocachingesl.

## A. A Crise da Laranja e a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense

A cultura da laranja (*Citrus sinensis* (L.) em São Miguel, destinada ao mercado externo, situa-se, grosso modo, entre 1780 a 1870, tendo representado um período extremamente importante para o tecido socioeconómico insular, conhecido como o “ciclo da laranja”. As doenças da laranja – primeiro a lágrima ou gomose, surgida logo no início dos anos 30, com efeitos muito perniciosos, logo seguida do “bicho da laranjeira” (*Coccus hesperidum*), um inseto de origem brasileira que aparece primeiro no Faial, em 1838, rapidamente espalhado pelas ilhas – começaram por devastar os pomares. A concorrência da laranja de Valencia, de Sevilha e da Sicília motivaram uma drástica descida dos preços, arrastando os Açores, e particularmente São Miguel, para uma grave crise económica<sup>1</sup>

Fundada a 11 de janeiro de 1843, em Ponta Delgada, a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense teve um papel fundamental na promoção e desenvolvimento da agricultura da ilha de São Miguel, através de ações que permitiram aos agricultores procurar novas culturas que servissem uma indústria transformadora ainda insipiente,

---

<sup>1</sup> Fátima Sequeira Dias, A importância da “economia da laranja” no Arquipélago dos Açores durante o século XIX, *Arquipélago – História*, Vol 01 - N 2 - Estudos Insulares (1995), pp.189-240.

em substituição da laranja. Salienta-se a importância da SPAM na introdução e incentivo para o incremento de culturas industriais na ilha, nomeadamente o tabaco<sup>2</sup>, cuja indústria floresce a partir dos anos de 1870, ou o chá, mandando vir dois chineses de Macau em 1878. Mediante o declínio da exportação da laranja, a batata-doce ou *batata-da-terra* (*Ipomoea batatas* (L.) Lam.), conhecida nos Açores desde o tempo do povoamento<sup>3</sup>, surge como cultura alternativa, que viria a ser a principal matéria-prima para o arranque da produção de álcool nos Açores.

## B. Uma aposta promissora

A primeira destilaria de álcool montada nos Açores surge na ilha Terceira, no vale de Linhares, em 1870, e laborava tendo por matéria-prima o milho, muito embora na década de 80 desenvolvesse já ensaios promissores com a batata-doce<sup>4</sup>. Na década de 80 surgiriam outras duas unidades fabris em São Miguel: a da Vila da Lagoa, em 1882<sup>5</sup> e a de Santa Clara, em 1884<sup>6</sup>, seguindo-se uma terceira na Ribeira Grande, montada em 1893.

As condições favoráveis ao cultivo da batata-doce na região e o notável potencial de transformação em álcool retificado, largamente usado na produção vínica, levou ao forte investimento no setor. Embora as destilarias também usassem como biocombustível o milho, a cevada, o centeio, a aveia e até a beterraba sacarina mesmo antes de esta ser usada na transformação em açúcar<sup>7</sup>, a batata-doce afirma-se progressivamente como a principal matéria-prima da nova indústria açoriana. Em 1887 um artigo publicado no jornal inglês *The Field, the country's gentlemen's Newspaper* afirmava que os cultivadores micaelenses arrancavam as laranjeiras para cultivarem a batata-doce, as quais vendem aos destiladores de álcool<sup>8</sup>. Com efeito, entre 1889-90 as fábricas consumiam 45 765 675 kg de batata só em São Miguel, passando esse número, em 1893, para 57 milhões de kilos de batata, dos quais cerca de 3 milhões eram postos a brotar para as replantações seguintes<sup>9</sup>. Em 1897 surge subitamente a doença da batata (*black rot*) causada por um verme, o que provocou uma baixa repentina na produção, mas os níveis de produção seriam repostos nos anos seguintes<sup>10</sup>.

---

<sup>2</sup> Num opúsculo intitulado *Considerações sobre o proveito da cultura do tabaco em São Miguel* redigido por Vicente José Ferreira Cardoso, a SPAM resolve dá-lo à estampa em 1848 com o objetivo de “formar e elucidar a opinião publica acerca deste assunto”.

<sup>3</sup> A existência de batata-doce nos Açores é referida por Gaspar Frutuoso no final do século XVI mencionando que terão vindo numa nau das índias de Castela e plantadas em casa de Sebastião Pires, em Vila Franca do Campo. Cf. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro IV, Ponta Delgada: ICPD, 1998, p.243.

<sup>4</sup> O Inquérito industrial de 1881 refere que a empresa angrense podia competir com o melhor álcool produzido no continente e no estrangeiro e informa que estavam a ser desenvolvidos ensaios com bons resultados com a batata-doce. *Apud.* Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa: Edições Cosmos, 1991, p.88.

<sup>5</sup> A Destilaria de Santa Clara foi criada por um grupo de acionistas, destacando-se o marquês da Praia e Monforte com 800 ações e sendo liderada inicialmente por José Maria Raposo de Amaral Júnior. Cf. Maria Isabel João, *ob.cit.*, p.89 e 149.

<sup>6</sup> Criada por um grupo acionistas, a Destilaria de Santa Clara era dirigida por José Maria Raposo de Amaral Jr.

<sup>7</sup> Armando Soares, “Álcool”, Enciclopédia Açoriana. Disponível em <https://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=2936>. Acedido a 23-7-2025.

<sup>8</sup> “Notícia da Ilha de S. Miguel”, por Mr. W. R. Kettle, 1886, trad. no Arquivo dos Açores, vol. IX, p.10, a partir do jornal inglês *The Field, the country's gentlemen's Newspaper*, London, n.º 1:777, de 15 janeiro 1887, p. 75 e 76.

<sup>9</sup> Maria Isabel João, *Ob.cit.*, p.89.

<sup>10</sup> BPARPD, Relatório sobre a doença da batata-doce por Francisco Afonso de Chaves, 16-9-1897. PT/BPARPD/PSS/FAC/001-008/00012.

A nascente indústria do álcool nos Açores laborava durante 6 meses: quatro utilizando a batata-doce e dois usando o milho e a cevada – importados do continente –, além do centeio para a fermentação e malte seco, proveniente da Alemanha. Importavam ainda carvão de Inglaterra para as caldeiras num total de 5000 toneladas por período de laboração em cada fábrica<sup>11</sup>. Após o período da destilação praticado em laboração contínua, seguia-se uma fase de repouso, dedicada à limpeza e à retificação do álcool bruto. No final do século XIX, a produção cresceu significativamente, com São Miguel respondendo por 6/7 do total do álcool destilado no arquipélago. A indústria açoriana chega a atingir uma grande importância no contexto nacional, representando cerca de três quartos da produção do país na década de 1880, totalizando aproximadamente 6 milhões de litros<sup>12</sup>. A produção de álcool açoriano em hectolitros cresceu nos dez anos seguintes reportando 11 991 em 1897, 7200 em 1898, 18 273 em 1899, 14 634 em 1900, 9342 em 1901 e 9410 em 1902, respetivamente, de acordo com a “Resposta ao questionário do ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria de 1907”<sup>13</sup>.

### C. A União das Fábricas Açorianas do Álcool e a “questão do álcool”

A União das Fábricas Açorianas de Álcool (UFAA) criada em dezembro de 1902 e formalmente constituída em escritura pública a 23 de julho de 1905 na sede da Casa Bensaude, reunia as 5 fábricas açorianas: duas localizadas na ilha Terceira e três em São Miguel. A iniciativa decorria na sequência de um longo período de lutas e pressões entre os industriais açorianos de álcool e os seus congéneres continentais, cujos argumentos, reclamações e ameaças ecoavam, de parte a parte, nos debates parlamentares. Aos interesses dos industriais que, no caso açoriano se bateram pela manutenção de impostos baixos sobre a derrama do álcool industrial, baixo preço pago pela matéria-prima aos produtores e preço de venda no mercado açoriano fixado acima do estipulado por lei, agindo por coligação entre as fábricas, sobrepunham-se os interesses dos viticultores do Porto, que reclamavam desvantagens concorrenciais com países estrangeiros pelo facto de não poderem importar álcool a preços competitivos<sup>14</sup>.

A “questão do álcool”<sup>15</sup> situou-se no centro de uma atribulada legislação tributária que revela os fortes interesses económicos que gravitavam em torno desta indústria. O modelo protecionista imposto com as pautas alfandegárias convinha aos produtores nacionais e beneficiava particularmente os industriais açorianos, cujos lucros chorudos marcam as décadas finais do século XIX, pese embora os reveses introduzidos por um conjunto de diplomas legais que iam tentando satisfazer os interesses e responder às pressões recebidas por parte dos representantes dos diversos setores<sup>16</sup>. É nesse contexto que deve ser lido o opusculo do paladino do movimento autonómico e membro ativo do partido progressista, Gil Mont’Alverne Sequeira (1859-1931), intitulado “O Monopólio do Álcool”, redigido em agosto de 1891

---

<sup>11</sup> Maria Isabel João, *ob.cit.*, p. 89.

<sup>12</sup> *Ibidem*.

<sup>13</sup> Boletim de Trabalho Industrial, n.º 83, Lisboa, 1913, p. 8.

<sup>14</sup> Maria Isabel João, *ob. Cit.*, pp.93-99.

<sup>15</sup> Título do discurso proferido na Câmara dos Senhores Deputados na sessão de 12 de julho de 1893 por Eduardo Abreu.

<sup>16</sup> Maria Isabel João, *ob.cit.*, pp.91-97, *passim*.

e publicado em conjunto com outros textos, reunidos sob o título de Questões Açorianas<sup>17</sup>.

O tom panfletário e combativo que adota no opusculo de 1901 contra a alegada injustiça a que o povo açoriano era votado pelo Governo Central e contra a tentativas de criar monopólios que beneficiavam os grandes produtores nacionais, fazia subir o descontentamento e o ressentimento que levaria a batalha pela indústria do álcool, mantida até ao final do período monárquico, a converter-se numa das principais bandeiras do movimento autonómico, a que não faltaram laivos de separatismo.

Três das cinco destilarias sob sua gestão foram encerradas, reduzindo-se a capacidade de produção ao limite legalmente imposto. Apenas a destilaria da Lagoa se manteve em funcionamento regular, devido à sua ligação à produção de vinhos regionais.

Em 1900, as posições tomadas pelos círculos agrícolas sobre esta questão tenderam para a radicalização. Os defensores da aguardente vínica bateram-se pela tributação e a limitação da produção de álcool industrial açoriano<sup>18</sup>. O dinamismo industrial voltaria a ser travado com a publicação do Decreto de 14 de junho de 1901, que limitava a exportação anual de álcool açoriano para o continente a 6 milhões de litros, o que representava apenas cerca de um sexto da capacidade instalada nas ilhas. A situação agravou-se com a promulgação da Lei de 15 de julho de 1903, que reduziu progressivamente esse limite: dos 6 milhões iniciais, a exportação seria diminuída em 200 mil litros por ano até estabilizar num teto de apenas 2 milhões de litros anuais. O garrote sobre a exportação do álcool açoriano voltaria a ser apertado com a lei de 1907 limitando o montante de álcool açoriano a exportar para o continente a um máximo de 800 000 litros<sup>19</sup>.

Face a estas restrições, a criação da União das Fábricas Açorianas já procurava responder à conjuntura, reestruturando a indústria do álcool e apostando na conversão de uma das suas unidades para a produção de açúcar, como viria a verificar-se num curto espaço de tempo.

#### D. A Fábrica do Álcool da Lagoa

Bem no centro do concelho, na freguesia de Nossa senhora do Rosário, junto ao portinho de São Pedro, fica situada a antiga Fábrica de Álcool da Lagoa, cuja construção remonta a 1882, tendo marcado os primeiros passos na história da industrialização da região, num período de significativa transformação social e económica.

A iniciativa de fundação coube a Henrique Bensaúde, em associação com Carlos Mayer, Salvador Azulay e José Jácome Correia, sendo os primeiros técnicos os engenheiros alemães Vendhausen e Hermann Wolff<sup>20</sup>. Nesses primeiros anos, a fábrica dispunha de água corrente obtida a partir de “cem penas de água” provenientes dos matos da

<sup>17</sup> Mont'Alverne Sequeira, *Questões Açorianas*, Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1994 [1894]

<sup>18</sup> Câmara, Benedita, A Madeira e o protecçãoismo sacarino (1895-1918), *Análise Social*, vol. xxxiii (145), 1998 (1.º), p.122.

<sup>19</sup> Mário A. Gomes, *Aspectos da Questão do Assucar. O Abastecimento de Portugal pela Produção Nacional e pela Importação*, Lisboa, 1907, pp. 27 e 39-41.

<sup>20</sup> Armando Soares, “Álcool”, *Enciclopédia Açoriana*, 1996. Disponível em <https://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=2936>

Janela do Inferno, requeridos à Câmara Municipal Ponta Delgada pela firma Bensaúde & C<sup>a</sup><sup>21</sup>. Posteriormente, a unidade foi dotada de energia elétrica graças ao engenho do Eng.º José Cordeiro, personalidade que se destacaria, anos mais tarde, pelo impulso dado à eletrificação em São Miguel.



Figura 2 – Fábrica de Álcool da Lagoa, autor desconhecido, data desconhecida (décadas de 1960-70).  
Fonte: Uma geocache de CMLagoa/Clubedegeocachingesl.

Em 1950, um articulista que descreve as fábricas de Santa Clara e da Lagoa refere que a produção de álcool utilizava os melaços provenientes da fábrica de Santa Clara, embora a batata-doce permanecesse como principal matéria-prima, a par dos cereais importados. Em 1968, foi realizada a primeira grande remodelação tecnológica, conduzida pela empresa francesa Speichim, passando então a ser produzido álcool do tipo *Surfin*<sup>22</sup>.

Esta alteração coincidiu com uma operação empresarial: em 1969, a SINAGA adquiriu à UFFA duas unidades industriais: a Fábrica de Açúcar de Santa Clara e a Fábrica de Álcool da Lagoa. A partir desse momento, a destilação de álcool passou a utilizar unicamente melaço, subproduto da indústria açucareira. Esta articulação entre fábricas assumiu um papel regulador da produção agrícola, ao mesmo tempo que permitia valorizar os excedentes.

<sup>21</sup> Cf. A Fabrica do Álcool da Lagoa. Motor de desenvolvimento de São Miguel, Jornal A Ilha, A. 5, N° 615 (1944-01-15)

<sup>22</sup> Enciclopédia açoriana, ob.cit.



**Figura 3 – Laboratório da Fábrica, autor desconhecido, data desconhecida (décadas de 1960-70).**  
Fonte: Uma geocache de CMLagoa/Clubedegeocachingesl.

Ao longo da década de 80 os sinais de quebra da produção tornam-se evidentes e um decreto legislativo regional aprovado pelo Conselho do Governo a 29-7-1988 extinguiu o Serviço Regional do Açúcar e do Álcool<sup>23</sup>. Na década seguinte, a capacidade média de produção de álcool *Surfin* rondava os 10 000 litros por dia, podendo atingir e armazenar até 3 milhões de litros por ano. A potência instalada era de 800 Kva e toda a produção da destilaria da Lagoa, em laboração até 1997, destinava-se exclusivamente aos mercados dos Açores, Madeira e Continente<sup>24</sup>. Findo o processo de laboração, a fábrica passou a armazenar melaço, utilizado apenas na produção de rações, e as suas instalações readquiriram um papel de relevo durante o período da pandemia do COVID 19 como principal polo de engarrafamento e embalagem de álcool e álcool-gel nos Açores.

A evolução societária da empresa implicou que em 2010, o Governo Regional dos Açores entrasse no capital da SINAGA através da empresa Ilhas de Valor, adquirindo à GEAD – Gestão e Administração, S.A., 51 mil ações (51% do capital social) pelo valor de 800 mil euros<sup>25</sup>. Finalmente, com a publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2021/A, de 19 de outubro, foi determinada a extinção da SINAGA e a transferência do património para a Região Autónoma dos Açores, sob gestão da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (SRFPAP).

<sup>23</sup> Arquivo Histórico da Presidência do Governo, Comunicado do Conselho do Governo de 28 de julho de 1988. DS 20-88. Disponível em: <https://ccarquivos.azores.gov.pt/index.php/comunicado-do-conselho-do-governo-de-28-de-julho-de-1988>

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*

<sup>25</sup> SINAGA, REESTRUTURAÇÃO DA ATIVIDADE. 2018 –2022. Disponível em: [http://base.alra.pt:82/Doc\\_Req/Xlrequeresp380.pdf](http://base.alra.pt:82/Doc_Req/Xlrequeresp380.pdf)

## E. Impacto social, cultural e comunitário



Figura 4 – Trabalhadores da Fábrica do Álcool Lagoa São Miguel, foto de José F.C. Sousa, sem data (anos de 1960).

Fonte: Grupo de Amigos da Fábrica de Álcool da Lagoa. <https://www.facebook.com/groups/fabricaalcool/>

A instalação da Fábrica do Álcool na Lagoa teve um profundo impacto social na região. Para além de motor de crescimento económico da então vila, a unidade fabril criou postos de trabalho para milhares de pessoas, recrutando maioritariamente mão de obra local. Este facto fomentou a fixação de famílias na zona envolvente e a sua urbanização. O crescimento industrial atraiu ainda trabalhadores de outras zonas da ilha, promovendo a mobilidade laboral e o fortalecimento de uma classe operária até então pouco expressiva na região.

Nos anos de 1940, sob a direção do Eng.º Pereira da Cunha, antigo capitão do exército, foi implementado um modelo de organização social considerado muito moderno para a época, num contexto em que o aparelho público não assegurava apoios sociais. Para além das instalações industriais, a fábrica dispunha a nascente, de uma horta, capoeiras e currais de porcos, que contribuían para o abastecimento das famílias dos operários – atualmente desanexadas do conjunto industrial. Estava ainda dotada de uma cozinha e cantina, de um vasto salão para sessões culturais e recreativas – como a Casa do Operário, fundada em 1947<sup>26</sup> – e de um aguerrido Clube Operário Desportivo, fundado a 2 de janeiro de 1948 por João do Rego Lopes, então capataz da fábrica. A atividade deste clube mantém-se até aos nossos dias, embora já em sede própria<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> “Fábrica de Açúcar de Santa Clara, *Madeira-Açores* (1950), p.41

<sup>27</sup> Clube Operário Desportivo. Disponível em:

<https://lagoa-acoeres.pt/menu/viver/desporto/inst.desportivas/m/846110e7f0fd4afe9903e401f6544dfc>



**Figura 5 – Passeios de trabalhadores organizados em pesados da União das Fábricas Açorianas do Álcool (UFAA), autor desconhecido. Coleção de Durval Faria, sem data (década de 1960).**

Fonte: Grupo de Amigos da Fábrica de Álcool da Lagoa. <https://www.facebook.com/groups/fabricaalcool/>

Antes da remodelação de 1970, a mão-de-obra atingiu um pico de 220 trabalhadores (efetivos e sazonais). A quebra nas duas décadas seguintes foi abrupta, tendo a fábrica empregado apenas 25 funcionários em 1996. O antigo funcionário José Borges testemunhou, com orgulho, que montou a sala de engarrafamento em 1993, acrescentando ter trabalhado na unidade durante 50 anos: “Nasci aqui, vim para aqui com 15 anos e só saí em 2015”.

A importância da Fábrica do Álcool da Lagoa, ultrapassando largamente a dimensão económica para se entranhar na vida social, cultural e comunitária, permanece viva na memória coletiva. Este legado foi demonstrado na tertúlia promovida pela Câmara Municipal da Lagoa a 3 de novembro de 2022, no Cineteatro Lagoense Francisco d’Amaral Almeida, integrada nas celebrações dos 500 anos da elevação da Lagoa a vila. Sob a temática “Gente simples, memórias de afeto. A voz operária da Fábrica do Álcool da Lagoa”, o evento contou com a apresentação de um trabalho foto-documental e de investigação sobre a indústria do álcool nos Açores da autoria de Marcelo Borges. Seguiu-se um painel de partilha de testemunhos com antigos operários de diferentes gerações – Dinis Varão, Acácio Pimentel, Lauriano Reis, José Castelo e Marco Rodrigues –, que relataram a sua experiência profissional e as atividades recreativas desenvolvidas na unidade fabril<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Câmara Municipal de Lagoa promove tertúlia sobre Fábrica do Álcool, 3-11-2022. Disponível em: <https://lagoa-acores.pt/menu/viver/cultura/noticias/m/01ac9ec4ecff47d2a98ed5390cb60b56>

## 2. DILIGÊNCIAS QUE ANTECEDERAM A PARTICIPAÇÃO DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

Ao longo da última década, foram várias as diligências do Governo Regional dos Açores, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e da Câmara Municipal da Lagoa para proteção, inventariação, classificação e salvaguarda do património móvel e imóvel da SINAGA, sendo de ressaltar as seguintes:

### 2017 **Resolução do Conselho do Governo n.º 134/2017, de 6 de dezembro**

---

Governo Regional dos Açores adquire a totalidade do capital social da SINAGA.

As entradas no capital social da empresa SINAGA, S. A., por parte do Governo Regional, ocorreram em 2010, de forma indireta, através da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 19/2010, de 26 de fevereiro, e, subsequentemente, de forma direta, através da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 134/2017, de 6 de dezembro.

---

### **Edital n.º 3/2017, de 8 de maio, da classificação da Fábrica do Álcool da Lagoa como Imóvel de Interesse Municipal**

---

Câmara Municipal da Lagoa, conforme edital n.º 3/2017, de 8 de maio, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, n.º 83, II série, é aprovado, por unanimidade, o processo de classificação da Fábrica do Álcool da Lagoa como Imóvel de Interesse Municipal, concretamente, a chaminé, os silos, o armazém de materiais, o depósito de enchimento de álcool e granel, o cais e os depósitos de álcool (6 tanques).

---

### 2021 **Decreto Legislativo Regional n.º 30/2021/A, de 19 de outubro**

---

Determina a extinção da SINAGA - Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, S.A., e regula o processo de integração dos trabalhadores na administração pública regional.

---

### **Incorporação do acervo museológico da SINAGA no Museu Carlos Machado**

---

Museu Carlos Machado confirma disponibilidade para a integração da Coleção e o respetivo tratamento técnico museológico e arquivístico, referente ao Espólio Museológico da Fábrica SINAGA, a convite da Direção Regional da Cultura.

A partir de 7 de maio deu-se início aos procedimentos para levar a cabo a incorporação do acervo museológico da SINAGA no Museu Carlos Machado, pela Direção Regional da Cultura.

Em junho (dias 16 e 17) e outubro deste mesmo ano, são realizadas recolhas do arquivo da Fábrica do Álcool, pelos Técnicos do Museu Carlos Machado.

2022 **Resolução n.º 6/2022, de 9 de fevereiro, e Resolução n.º 11/2022/A, de 10 de março, ambas aprovadas pela ALRAA**

---

Recomenda ao Governo Regional dos Açores a proteção e reconversão do património da SINAGA, através da:

- Inventariação e levantamento do estado de conservação de todos os bens móveis e imóveis industriais que se considerem detentores de valor histórico e cultural;
  - Adoção de medidas urgentes no sentido de executar intervenções que visem a preservação e reabilitação do edificado que apresente mau estado de conservação;
  - Classificação dos imóveis como de interesse público: Fábrica do Açúcar, Fábrica do Álcool, Casa da Balança;
  - Construção de um núcleo de carácter museológico integrado que contemple o património móvel passível de mostra pública e complementar com um centro interpretativo do ciclo da produção do açúcar de beterraba;
  - Abertura de concurso de ideias para apresentação de conceitos e projetos funcionais para os referidos imóveis.
- 

**Resolução da ALRAA n.º 12/2022/A, de 16 de março**

---

Recomenda ao Governo Regional dos Açores, a criação de um núcleo museológico da indústria açoriana dos séculos XIX e XX para integrar a Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores (*Em resultado do Projeto de Resolução 75/XII (IL)*), bem como a cessação, de imediato, de qualquer operação de desmontagem e remoção de equipamentos, e inventariação de todo o equipamento relativo a outras preponderantes unidades industriais já desativadas.

---

2023 **Estudo prévio sobre a Fábrica do Álcool da Lagoa**

---

Elaboração de estudo sobre possível intervenção no terreno da fábrica do Álcool, e reconversão para uso hoteleiro, bem como espaço museológico.

---

2024 **Requerimento PAN – Proteção e reconversão do património da SINAGA**

---

No seguimento da Resolução da ALRAA n.º 11/2022/A, de 10 de março, é entregue requerimento com solicitação de respostas escritas, dirigidas ao Governo Regional dos Açores, relativamente ao ponto de situação da proteção e reconversão do património da SINAGA.

### 3. PROCESSOS PARTICIPATIVOS: PROMOVER O DEBATE E ENVOLVER A COMUNIDADE

A Comissão de Trabalho para a intervenção e requalificação da Fábrica do Álcool, unanimemente, entendeu que seria fundamental envolver e auscultar os cidadãos, enquanto potenciais utilizadores, num processo democrático de tomada de decisões conjunta, respeito mútuo e empoderamento.

Neste âmbito, a Comissão de Trabalho entendeu que, além da promoção do debate público previsto no Protocolo de Colaboração, seria pertinente a criação de um micro site, com os objetivos de:

- Sensibilizar os cidadãos da comunidade local e outros interessados para a importância que o património industrial representa para o desenvolvimento das cidades e dos seus habitantes, contribuindo para a regeneração e consolidação dos tecidos urbanos e criação de centros de dinamização económica social e cultural;
- Diligenciar pela participação, consciente, responsável e alargada dos cidadãos da comunidade local e de outros interessados na reflexão e discussão acerca dos problemas e oportunidades que a requalificação dos edifícios e espaços envolventes da Fábrica do Açúcar e da Fábrica do Álcool oferecem;
- Desconstruir eventuais ideias preconcebidas sobre possíveis soluções que sejam convencionais e que possam preexistir junto do cidadão comum, através da apresentação de exemplos de intervenções em património industrial bem-sucedidos;
- Divulgar os programas dos debates públicos sobre a intervenção e eventual requalificação da Fábrica do Açúcar e da Fábrica do Álcool, que contam também com a participação de especialistas vindos de diferentes universidades portuguesas;
- Promover a reflexão e o debate alargado sobre o que a requalificação do património edificado da Fábrica do Açúcar e da Fábrica do Álcool representa para o desenvolvimento - económico, social e cultural - da comunidade local;
- Reunir contributos da parte dos cidadãos da comunidade local ou de outros interessados, para serem analisados pelas respetivas Comissões de Trabalho e tidos em consideração na elaboração dos documentos que vierem a ser produzidos, com vista à requalificação da Fábrica do Açúcar e da Fábrica do Álcool.

Assim, a Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos disponibilizou a plataforma [www.sinaga.pt](http://www.sinaga.pt), sendo que todos os cidadãos interessados tiveram a oportunidade de manifestar as suas preocupações e enviar os seus contributos, durante o período compreendido entre os meses de fevereiro e março de 2025.

A Comissão de Trabalho também elaborou e aprovou o programa do debate público, que compreendeu diferentes momentos de partilha de conhecimento, reflexão conjunta e recolha de contributos. Definiu como objetivos os seguintes:

- Divulgar amplamente a intenção de requalificação do espaço da antiga Fábrica do Álcool, garantindo para isso a presença de setores e entidades estratégicas da

cidade da Lagoa;

- Promover a reflexão e o debate de ideias acerca dos problemas e oportunidades que se oferecem para o aproveitamento dos edifícios e espaços afetos à antiga Fábrica do Álcool;
- Identificar e propor soluções concretas para a reabilitação dos espaços afetos à antiga Fábrica do Álcool;
- Estimular a participação cidadã ativa e a cocriação de ideias para o planeamento urbano nesta parcela da cidade.

Neste âmbito, a Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos promoveu, no passado dia 22 de fevereiro, o debate público nas antigas instalações da Fábrica do Álcool.

### **3.1. Programa do Debate Público**

O debate público, promovido pela Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos nas antigas instalações da Fábrica do Álcool, contou com cerca de 110 participantes e onde estiveram presentes, além do Presidente da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, Nuno Costa, o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública do Governo dos Açores, Duarte Freitas, e o Presidente da Câmara Municipal da Lagoa, Frederico Sousa.

O evento contou com a participação de Marcelo Borges, que conduziu a visita às antigas instalações, e dos conferencistas José Amado Mendes, José Cordeiro e Inês Vieira Rodrigues, numa sessão moderada por Susana Goulart Costa. As intervenções incidiram sobre a importância da requalificação do património industrial para o desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades, as vantagens da preservação da identidade e as potencialidades de inovação.

Na ocasião, a população manifestou as suas preocupações e apontou algumas propostas de ocupação. Foi consensual entre os presentes a necessidade de preservação da fábrica e das suas memórias, assim como a adoção de medidas que permitam preservar as estruturas existentes e uma ocupação a curto prazo.

Mas, atendendo ao seu estado atual, como podemos recuperar este património industrial e dar-lhe um novo propósito? Essa foi a questão central deste encontro.

Esta iniciativa foi precedida por uma sessão sobre a antiga Fábrica do Álcool, proferida por Marcelo Borges, que teve lugar no Cineteatro Francisco d’Amaral Almeida, no concelho da Lagoa, a 18 de fevereiro. Nesta sessão, foram apresentados conteúdos relevantes sobre a história e a importância que este Património Industrial teve no panorama regional, nacional e também internacional.



**Figura 6 – Representantes do Governo dos Açores, da Câmara da Lagoa e da Ordem dos Arquitectos.**  
O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública do Governo dos Açores, Duarte Freitas (à direita), o Presidente da Câmara Municipal da Lagoa, Frederico Sousa (à esquerda), e o Presidente da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, Nuno Costa (ao centro).  
Autor: Hugo Moreira



**Figura 7 – Concentração dos participantes no encontro na Fábrica do Álcool.**  
Autor: Hugo Moreira



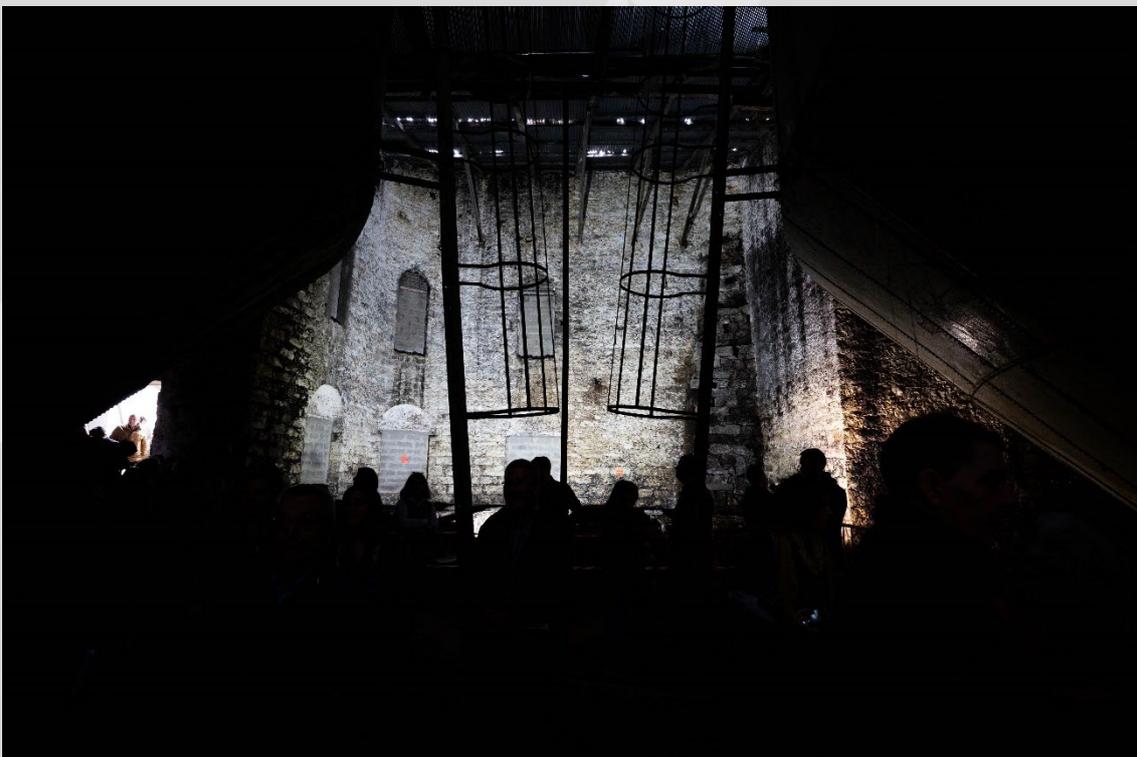
**Figura 8 – Visita guiada conduzida por Marcelo Borges.**  
Autor: Hugo Moreira



**Figura 9 – Percurso da visita guiada.**  
Autor: Hugo Moreira



**Figura 10 – Pormenor do panfleto da visita guiada.**  
Autor: Hugo Moreira



**Figura 11 – Visita ao edifício dos depósitos (tanques).**  
Autor: Hugo Moreira



**Figura 12 – Pannel da conferência “Planear, intervir e devolver um espaço humanizado”**  
Autor: Hugo Moreira



**Figura 13 – Plateia da Conferência “Planear, intervir e devolver um espaço humanizado”**  
Autor: Hugo Moreira

## PROGRAMA DO EVENTO

### 09:00h – **Receção**

Nuno Costa, Presidente da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, que fará uma breve apresentação da intenção de reabilitação do espaço correspondente à Fábrica do Álcool.

### 09:15h – **Visita Guiada**

Marcelo Borges, convida os participantes a fazerem um percurso que os levarão a viajar ao passado e dará a conhecer a história da Fábrica do Álcool, destacando curiosidades e aspetos relevantes das estruturas edificadas no local e desvendando ao público espaços outrora interditos e desconhecidos.

### 10:00h – **Conferência “Planear, intervir e devolver um espaço humanizado”**

- **Património Industrial e suas potencialidades: Requalificação e Musealização de antigos espaços industriais.**

José Amado Mendes é licenciado em História pela Universidade de Coimbra e obteve o grau Master's Degree in Sciences of Education (Universidade do Texas, em Austin, EUA). Doutorado, agregado e professor catedrático Universidade de Coimbra (Ap.º). Na respetiva Faculdade de Letras exerceu, entre outras, funções de Presidente do Conselho Científico. Criou cursos de Mestrado em História Económica e Social, Museologia e Património, orientou dissertações e teses e lecionou várias disciplinas. Foi professor visitante da Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil). Atualmente, é professor catedrático da Universidade Autónoma de Lisboa, lecionando temáticas de Património Industrial e Museologia. Tem publicações em: História Económica e Social, Historiografia, História Empresarial, Museologia, Património Cultural e Industrial.

- **Património e o Turismo Industrial**

José Manuel Lopes Cordeiro é licenciado e doutorado em História Contemporânea pela Universidade do Minho, onde exerce funções docentes. Foi fundador do Projeto do Museu da Indústria do Porto. É o Representante Nacional do TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, organismo consultor da UNESCO/ICOMOS para o património industrial, e Presidente da APPI - Associação Portuguesa para o Património Industrial. É também diretor da revista Arqueologia Industrial. Tem inúmeros artigos e livros publicados nas áreas do património e arqueologia industrial, assim como da história económica e política contemporânea.

- **Património Industrial e as suas potencialidades em contexto insular**

Inês Vieira Rodrigues, arquiteta, é mestre pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (2012), com a dissertação Rabo de Peixe: Sociedade e Forma Urbana, publicada pela Editora Caleidoscópico (2016). Frequentou a École Polytechnique Fédérale de Lausanne (2010-2011). Trabalhou nos M-Arquitetos (Ponta Delgada, 2013-2014), Feld Architecture (Paris, 2015), DDA Architectes (Paris, 2015-2016) e Summary (Porto, 2017-2020). Foi bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2020-2024). Foi distinguida com o Prémio Fernando Távora (2022). É doutoranda na FAUP e investigadora no Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo.

- **Moderação**

Susana Goulart Costa é doutorada em História pela Universidade dos Açores e Professora Associada com Agregação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores, sendo Diretora do Departamento de História, Filosofia e Artes desde 2020. Nesta Universidade, leciona disciplinas da área de História Moderna e Contemporânea e da área do Património Cultural. É investigadora integrada do CHAM, Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores. Atualmente coordena o Projeto de Investigação “Dio 500-História Religiosa dos Açores”, contributo para as comemorações dos 500 anos da Diocese de Angra, a celebrar em 2034.

11:00h - **Coffee break**

11:15h - **Debate aberto ao público**

Reunindo os especialistas que proferiam as comunicações, o público terá a oportunidade de comentar e formular questões sobre os problemas, os desafios e as oportunidades da futura intervenção e requalificação da Fábrica do Álcool, situada no concelho da Lagoa.

13:00h - **Encerramento**

## 3.2. Comunicações dos conferencistas e investigadores

Os artigos, que, seguidamente, se apresentam, resultam da participação dos conferencistas e investigadores no encontro sobre o futuro da antiga Fábrica do Álcool.

### 3.2.1. Património Industrial e suas potencialidades: Requalificação e Musealização de antigos espaços industriais.

**José Amado Mendes**

Universidade de Coimbra / Universidade Autónoma de Lisboa

A partir de finais do século XVIII a história da Humanidade entrou numa nova fase, para o que muito contribuíram as revoluções liberais e industriais. Na sequência da primeira Revolução Industrial, cujo marco cronológico se pode considerar a invenção da máquina a vapor por James Watt (patenteada em 1769), outras se lhe seguiram, estando nós já no dealbar da quarta.

A acrescentar aos vestígios e fontes do desenvolvimento económico registado em séculos anteriores, muitos testemunhos se foram acumulando ao longo do último século e meio, os quais se convencionou designar como **património industrial**. Entretanto, o seu estudo e preservação deram origem ao surgimento de uma nova área do saber ou disciplina, que é a Arqueologia Industrial. A expressão, que começou a ser utilizada, em alguns países, já na década de 1840 – e que também foi preconizada, em Portugal, por Francisco de Sousa Viterbo (em 1896) – viria a ser vulgarizada sobretudo no pós-II Guerra Mundial, através de autores ingleses belgas, em artigos de revista e livros dedicados ao tema.

À medida que se ia perdendo património industrial – no âmbito do segundo conflito mundial e do período de reconstrução subsequente –, tornava-se mais pertinente e urgente estudar, preservar e requalificar parte do dito património, cujo estudo tem contribuído para uma melhor compreensão a evolução histórica da sociedade.

Entretanto, criaram-se associações dedicadas ao estudo e salvaguarda do património industrial – inicialmente dinamizadas sobretudo por amadores, que se dedicavam profissionalmente a certas atividades que, na sua função, iam “produzindo” património industrial –, editaram-se publicações diversas e institucionalizou-se o ensino-aprendizagem nesta nova modalidade de ciência histórica. Tratou-se de um movimento iniciado no Reino Unido, “berço da 1.ª Revolução Industrial” –, nos anos 1960-70, mas posteriormente seguido por muitos outros países.

Para a valorização do património industrial, além da sua destruição e desaparecimento, inclusive no âmbito do processo de desindustrialização registado no último meio século, também contribuíram novas perspetivas e mundividências sobre o evoluir das comunidades, ao considerarem-se igualmente “dignos” de estudo e atenção os anónimos e os “sem voz” que tinham ido sistematicamente “ignorados” pela historiografia tradicional.

## **A. Diversidade do património industrial e sua pluridisciplinaridade**

O património industrial é muito abrangente e multidisciplinar. Com efeito, ele abrange testemunhos derivados da mineração, das diversas indústrias, da agricultura, da produção de energias, dos transportes e comunicações e das atividades comerciais e equipamento coletivos. Deste modo, antigas explorações mineiras, fábricas e respetiva tecnologia, arados e outras alfaias agrícolas, centrais de gás, termoelétricas e hidroelétricas, mercados, pontes e aquedutos, para dar apenas alguns exemplos, constituem diversas modalidades do referido património industrial.

Esta amplitude dos vestígios arqueológico-industriais contribui para a pluridisciplinaridade do património industrial, por cuja investigação e divulgação passaram a interessar-se pessoas com formação muito diversa: historiadores, arqueólogos, geógrafos e sociólogos, engenheiros e arquitetos, entre outros.

## **B. Reutilização de estruturas que outrora albergaram instalações fabris**

Apesar de muitas destas estruturas terem vindo a desaparecer – por inércia, incúria, desinteresse ou mesmo especulação –, outras têm dado origem a empreendimentos imobiliários e, em certos casos, socioculturais de grande interesse. Como já tem sido reconhecido, o património cultural – em cujo âmbito se inclui o património industrial –, além de valores histórico-culturais, identitários, artísticos e estáticos, tem ainda um valor económico.

Com efeito, edifícios de antigas fábricas, armazéns, mercados ou centrais de produção de energia, podem albergar, por exemplo, museus ou bibliotecas, centros culturais, de interpretação e investigação, projetos do âmbito da restauração, etc.

Além de se aproveitarem e reutilizarem equipamentos, em muitos casos edificadas com a devida solidez, exigidos pelas funções a que se destinavam, evita-se que, caso sejam se opte pela demolição, se construam edifícios não enquadrados no contexto envolvente e de volumetria exagerada, relativamente ao ambiente em que se inserem.

## **C. Que destino dar às ruínas da Fábrica do Álcool de Lagoa?**

Muito do que fica exposto pode ajudar a encontrar uma solução útil, adequada e desejada pela comunidade local e regional que, por motivos profissionais, identitários ou afetivos está ligada a esta Fábrica.

A elevada participação, no evento dedicada ao assunto no dia 22 de fevereiro de 2025, da população e de representantes de organismos do Governo Regional, da Universidade dos Açores e da respetiva Autarquia, bem como as intervenções de diversos participantes revelam bem o interesse e empenho que deverão ser mobilizados para dar às imponentes instalações da Fábrica um fim condigno e de utilidade sociocultural e económica.

Muitas das sugestões, formuladas pelos participantes no Encontro, são bastante oportunas e pertinentes, entre as quais as seguintes:

- Instalação de biblioteca e arquivo, inclusive arquivo documental e de imagem da própria Fábrica;
- Espaço museológico;

- Centro cultural e centro de interpretação;
- Estrutura artesanal, com demonstração, através de pequenas produções, do modo como ali era produzido o álcool;
- Pequena unidade hoteleira;
- Estruturas relativas ao desporto;
- Restaurante ou estabelecimento similar, com esplanada, e produtos locais integrados na ementa;
- Minimercado ou outro tipo de estabelecimento do género;
- Em todo o processo de requalificação e reutilização, as questões ambiental e de sustentabilidade deverão estar sempre presentes.

Com a reutilização dos amplos espaços disponíveis, por meio de iniciativas como as sugeridas ou outras, será possível transformar aquele empreendimento emblemático numa âncora que contribua para o desenvolvimento local e regional, dando uma “segunda vida” a um antigo empreendimento industrial, muito imponente e de grande envergadura.

Obviamente que nas iniciativas a concretizar há que ter atenção o seguinte:

Em primeiro lugar, haverá toda a vantagem em diversificar a oferta, com o estabelecimento de entidades que disponibilizem múltiplas funções. Em segundo, dada a amplitude das tarefas e os avultados investimentos exigidos, deverá procurar-se o envolvimento de vários tipos de entidades, de âmbito nacional, regional, autárquico e empresarial, sem olvidar, naturalmente, o imprescindível envolvimento da comunidade local da jovem e dinâmica cidade de Lagoa.

Por último, mas não menos relevante, não se tratará apenas de salvaguardar e reutilizar património material, mas igualmente património imaterial, com destaque para a respetiva memória, homenageando todos aqueles e aquelas que, de um modo ou outro, tiveram alguma relação com a antiga unidade industrial.

### **3.2.2. Património e Turismo Industrial, potencialidades e desafios**

**José Manuel Lopes Cordeiro**

[CICS.NOVA.UMinho / APPI-TICCIH Portugal / Rede Portuguesa de Turismo Industrial](#)

Uma das estratégias definidas para contrabalançar o fenómeno da desindustrialização que começou a alastrar por várias regiões europeias a partir do terceiro quartel do século XX, foi o recurso a novas formas de turismo que pudessem contribuir para a reativação social, económica e demográfica dessas antigas regiões industriais em crise.

O objetivo era o de tornar essas regiões atraentes, libertá-las da má imagem que a indústria lhes tinha conferido, por exemplo, com a poluição, recuperá-las ambientalmente, valorizar o seu passado cultural, suscetível de apresentar atrações patrimoniais e paisagísticas potencialmente interessantes, mas até então ignoradas. Em suma, apontar caminhos equilibrados para o redesenvolvimento social e económico.

Existia, desde já, um importante recurso que seria necessário levar em consideração: o seu património industrial. Abandonado, muitas vezes parcialmente arruinado ou destruído, com marcas negativas no território, como contaminação de solos e, por vezes, com uma imagem que não lhe era favorável, derivada das duras condições de trabalho nele exercidas. Constituía, por conseguinte, um enorme desafio.

E foi esse desafio a que muitas regiões europeias então se propuseram, com a criação de novos projetos visando a consolidação da cultura produtiva regional, a dinamização das economias regionais ou locais, a sensibilização e consciencialização para a importância do património industrial na recuperação da identidade das populações locais. Uma vez definido o projeto/produto turístico local, era necessário incorporar essa oferta nos grandes circuitos nacionais e internacionais, entre os quais a ERIH.

### **A. ERIH – Rota Europeia do Património Industrial**

A ERIH representa mais de 2.300 sítios de património industrial em todos os países europeus.

- Estabelecida em 1999.
- Organização legalmente independente.
- Reconhecida como a mais completa rede para a promoção do património industrial na Europa. Membro dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa.
- Mais de 10 milhões de visitantes cada ano.
- Um investimento de mais de 2 milhões de euros.
- Parcialmente financiada por fundos da União Europeia.

Há, no entanto, dois requisitos que é necessário preencher para um bom resultado de um projeto deste tipo:

Recuperar e preservar previamente o património industrial, assim como os processos técnico-produtivos, a fim desse património assegurar a sua capacidade atrativa.

Promover o desenvolvimento local com base num plano estratégico para o património industrial e a sua valorização turística.

### **B. Turismo industrial em Portugal**

O sucesso que o turismo industrial tem tido nas últimas décadas em vários países – por exemplo, em França, onde este tipo de turismo atrai anualmente cerca de 20 milhões de pessoas – levou as entidades responsáveis pelo turismo em vários países europeus, como França, Espanha ou Portugal, a decidirem promover a elaboração de normas para o turismo industrial.

Em Portugal, a elaboração da Norma Portuguesa de Turismo Industrial iniciou-se em 2013 com a criação de um Grupo de Trabalho, que contou com a participação de responsáveis do Turismo de Portugal, representantes de vários projetos de turismo industrial existentes em Portugal e especialistas nacionais na área do património industrial. Foi concluída em 2017.

O conceito de turismo industrial utilizado na Norma Portuguesa é idêntico ao adotado

por outras normas existentes (espanhola, francesa e internacional), ou seja, contempla duas realidades diferentes:

Visitas a sítios de património industrial (património histórico industrial, museus industriais, etc.) e visitas a unidades industriais ativas, que comumente se designa por “indústria viva”.

Em ambos os casos, o objetivo é procurar transmitir ao visitante não apenas conhecimentos que satisfaçam os seus interesses (de carácter histórico, sobre o processo de fabrico de um determinado producto ou sobre o funcionamento de uma máquina) mas também “sentimentos e emoções”, ou seja, proporcionando uma experiência única, motivadora e enriquecedora.

O objetivo desta Norma foi, por conseguinte, prestar serviços de qualidade, comuns a todos os sítios de turismo industrial, independentemente do tipo de serviço prestado ou das características do sítio a visitar.

### **C. Desafios do turismo industrial**

#### Necessidade de valorizar o património industrial

A implementação de qualquer projeto de turismo industrial, independentemente dos requisitos apresentados na Norma, exige algo de fundamental e, também, problemático.

Fundamental, porque boa parte do património industrial que se encontra espalhado pelo território nacional – fábricas, minas, infraestruturas industriais, etc. – devem, em primeiro lugar, ser alvo de um investimento financeiro na sua recuperação/restauro, ou seja, de ações de valorização, de forma a contemplar a possibilidade de serem visitados, o que é problemático, devido ao custo/investimento que essa recuperação representa.

GDRPTI – Grupo Dinamizador da Rede Portuguesa de Turismo Industrial (constituído em fevereiro 2020)

É uma estrutura informal coordenada pelo Turismo de Portugal e que integra diversas entidades: as 5 Entidades Regionais de Turismo; a Direção Regional de Turismo dos Açores; a Associação Portuguesa para o Património Industrial/TICCIH Portugal; a Rota das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal, os projetos privados: Fábrica Vista Alegre e New Hand Lab, e representantes de 7 municípios.

Atividades do GDRPTI: À Descoberta do Turismo Industrial

Resultados obtidos (2.ª edição, 2023)

- 170 atividades;
- 6 Regiões Turísticas envolvidas (Açores, Alentejo e Ribatejo, Algarve, Centro de Portugal, Porto e Norte, e Lisboa);
- 7 tipos de atividades (Visitas guiadas; Atividades com Famílias; Demonstrações com profissionais; Oficinas; Exposições; Filmes; Colóquios);

- 10 sectores abrangidos: Moda e Têxtil; Ourivesaria; Cerâmica e Vidro; Agro-alimentação; Cortiça; Sector Extrativo; Energia; Transportes, Serviços e Comunicações; Metalurgia; Outros (cosmética e higiene, artes gráficas, móveis e roupa de cama);
- Cerca de 4.000 participantes (Em 2022 foram 2.500 participantes).

#### **D. Um exemplo a conhecer**

##### Turismo Industrial de São João da Madeira

Entre as soluções que o Município de São João da Madeira tem posto em prática para fazer face às dificuldades ligadas à falência de unidades fabris destaca-se a estratégia de salvaguarda e valorização do seu património industrial.

Em menos de uma década, o município criou:

- O Museu da Chapelaria (2005);
- O Núcleo Histórico da Oliva (2014);
- E o Museu do Calçado (2016), também nas antigas instalações do Oliva.

O Turismo Industrial de São João da Madeira é constituído por um conjunto de circuitos turísticos industriais urbanos, que combinam a preservação do património arqueológico industrial com a promoção das indústrias históricas e novas da cidade.

Em 2023, os circuitos turísticos industriais de São João da Madeira conseguiram recuperar, e ultrapassar, o número de visitantes que os procuravam antes da epidemia de COVID.

Assim, registaram-se:

- Em 2019, 40.500 visitantes;
- Em 2020, 11.000 visitantes;
- Em 2021, 13.500 visitantes;
- Em 2022, 35.000 visitantes;
- E em 2023, 47.300 visitantes.

Em 12 anos, o programa já teve mais de 400 mil visitantes.

### **3.2.3. Património Industrial e as suas potencialidades em contexto insular**

#### **Inês Vieira Rodrigues**

Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto / Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo.

Começemos por refletir sobre o programa que este complexo industrial pode explorar. Perguntemo-nos quais poderão ser os modos de existência desta antiga fábrica, necessariamente deslocados para outra época. Neste enquadramento, há que associar a Fábrica do Álcool a possibilidades renovadas, mas sem perder a carga simbólica e a

riqueza documental existentes [Figura 14]. Seguem-se alguns casos que partilham a mesma natureza: a interseção do carácter industrial que deixou de servir, o esforço de preservação da memória e do património e, por fim, as estratégias da sua significação para o presente.

O primeiro é o antigo matadouro de Madrid, em Espanha, que foi transformado num Centro de Criação Contemporânea de referência. A área total de todos os pavilhões do complexo é superior a 148000 m<sup>2</sup>, pelo que a recuperação dos espaços foi sendo promovida através de concursos faseados. O escritório Ensemble Studio ganhou um dos concursos lançados em 2006, subordinado à reabilitação de quatro pavilhões – daí resultou a Casa do Leitor, com cerca de 8000 m<sup>2</sup> [Figura 15]. De forma resumida, estabeleceram-se dois níveis que conformam dois tipos de atividade: o nível superior é dedicado à pesquisa e ao trabalho; o inferior mantém um carácter mais autónomo e acolhe atividades de formação e difusão cultural [Figura 16].

O segundo exemplo é outro antigo matadouro, localizado na cidade de Milão, em Itália [Figura 17]. O projeto de intervenção é da autoria do escritório Snøhetta, vencedor do concurso promovido pelo município em 2021. O novo programa será diversificado: habitação a custos controlados, habitação de mercado livre, escritórios, uma universidade, uma creche, um museu, lojas e serviços. O espólio da antiga atividade, reunido e inventariado, será preservado no novo complexo [Figura 18]. Antes de as obras terem arrancado, alguns espaços albergaram exposições e eventos culturais [Figura 19

Passando para o antigo matadouro da zona industrial do Porto... Neste caso, recorreu-se a um concurso público de conceção-construção-concessão, tendo ganhado o consórcio OODA/Kengo Kuma e Mota Engil. As obras de intervenção começaram em 2021, com um período relativamente longo apenas para demolições e limpeza [Figura 20]. Dos mais de 20000 m<sup>2</sup> de área total, cerca de 8000 m<sup>2</sup> ficarão sob gestão municipal, sendo o restante explorado pela concessionária durante 30 anos. Findo este prazo, passará para a tutela municipal [Figura 21]. O município determinou que os eixos a respeitar seriam o da coesão social, da economia e da cultura, vertidos em espaços de trabalho, de incubação de empresas, galerias, zonas de restauração, residências artísticas, auditórios e museus.

Este próximo caso foi concluído em 2023, com um projeto da equipa liderada pelo arquiteto Nuno Valentim. O terreno da antiga fábrica “A Ideal”, que produzia tecidos e malhas, localiza-se na frente ribeirinha da cidade de Coimbra [Figura 22]. O programa consiste numa residência sénior com 120 camas, distribuído em cerca de 7500 m<sup>2</sup>. O projeto aliou reabilitação e ampliação, com a construção de raiz de um novo edifício [Figura 23].

O próximo caso é o da Casa da Arquitetura, em Matosinhos, inaugurada em 2017. As instalações de 5000 m<sup>2</sup> são as da antiga Real Vinícola, a unidade industrial destinada à exportação de vinhos. Em 2000, a Câmara Municipal adquiriu o edifício, posteriormente classificado como monumento de interesse público [Figura 24]. Este conjunto, cuja autoria do projeto é do arquiteto Guilherme Machado Vaz, dedica-se ao arquivo, exposição, estudo e valorização da arquitetura, para além de incluir várias lojas e de albergar a Orquestra de Jazz de Matosinhos [Figura 25].

Voltando a um caso localizado em Espanha. A antiga Fábrica de Açúcar San Isidro, em

Granada, é objeto de discussão sobre eventuais estratégias de intervenção há mais de dez anos. A primeira parte do complexo, datado também de 1882, foi classificado como bem de interesse cultural em 2015. O estado atual evoca o estado desta fábrica onde nos encontramos [Figura 26 e Figura 27]. Somente nos últimos três anos é que houve desenvolvimentos mais significativos: a Universidade de Granada adquiriu o edifício e deu início a obras de emergência e de consolidação pontual. Em 2023, foi apresentado o projeto para o espaço: um Campus de Sustentabilidade, como extensão da própria universidade [Figura 28]. No entanto, há outros movimentos empenhados para que o complexo funcione como polo cultural. O que importa salientar aqui é que o cenário de debate permanente e de ausência de um entendimento coletivo não será certamente o pretendido para as duas fábricas da SINAGA.

Por último, não devemos falar da Fábrica do Álcool e da Fábrica do Açúcar ignorando o Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas, na Ribeira Grande [Figura 29]. De um ponto de vista estritamente arquitetónico, as equipas projetistas (Menos é Mais/João Mendes Ribeiro) estabeleceram um padrão muito elevado, em particular na relação entre a construção existente e a construção nova. Contudo, quase dez anos depois da inauguração, podia estar noutra patamar [Figura 30]. Ainda assim, ultimamente tem vindo a contribuir social e culturalmente de forma mais significativa. Portanto, por si só, um bom projeto e execução arquitetónicos não chegam para o fito pretendido. Parece-me que este caso é flagrante sobre o papel incontornável da dimensão institucional e da responsabilidade associada.

O programa industrial de outrora e as suas materializações, no caso, as Fábricas do Álcool e do Açúcar, são oportunidades únicas para a preservação da memória da indústria, dos trabalhadores e dos efeitos que produziram à escala local, insular e arquipelágica. Os dois complexos evocam o papel que cumpriram em termos de objetividade, utilidade e funcionalidade programática. A dimensão utilitária, conjugada com as áreas amplas e as localizações privilegiadas, conformam um potencial de mudança único nos contextos cultural, social, económico e urbano [Figura 31]. Porém, este tipo de projetos implica um investimento avultado, provavelmente fora do alcance do Governo Regional dos Açores caso não haja uma estratégia financeira exequível. Atendendo à envergadura destes espaços, talvez fosse interessante abordar um modelo de construção-concessão, mas reservando uma parte para o município. Em suma, chegando a um entendimento partilhado do que pode vir a ser esta zona, há que determinar um código de procedimento realista, ou seja, que se possa executar. Independentemente do que venha a acontecer, a forma de exploração deve ser controlada pelo governo, sob pena de este espaço ficar definitivamente alienado.



**Figura 14 - Localização da antiga Fábrica do Álcool**  
Fonte: Google Earth



**Figura 15 - Ensamble Studio**  
Fonte: Roland Halbe



**Figura 16 - Ensemble Studio**  
Fonte: Roland Halbe



**Figura 17 - Antigo matadouro, localizado na cidade de Milão**  
Fonte: Daniele Ratti



**Figura 18 – Antigo matadouro, localizado na cidade de Milão**  
Fonte: Daniele Ratti



**Figura 19 – Antigo matadouro, localizado na cidade de Milão**  
Fonte: Daniele Ratti



**Figura 20 - Antigo matadouro da zona industrial do Porto**  
Fonte: Guilherme Costa Oliveira



**Figura 21 - Antigo matadouro da zona industrial do Porto**  
Fonte: Guilherme Costa Oliveira



**Figura 22 – Antiga fábrica “A Ideal”, Coimbra**  
Fonte: João Ferrand



**Figura 23 – Antiga fábrica “A Ideal”**  
Intervenção do atelier Nuno Valentim Arquitectura Lda.  
Fonte: João Ferrand



**Figura 24 – Casa da Arquitectura, em Matosinhos.**  
Intervenção de Guilherme Machado Vaz.  
Fonte: Casa da Arquitectura



**Figura 25 – Casa da Arquitectura, em Matosinhos.**  
Fonte: Luís Ferreira Alves



**Figura 26 - Antiga Fábrica de Açúcar San Isidro, em Granada**  
Fonte: Revivir La Azucarera



**Figura 27 - Antiga Fábrica de Açúcar San Isidro, em Granada**  
Fonte: Revivir La Azucarera



**Figura 28 – Edifício do Campus de Sustentabilidade da Universidade de Granada**  
Fonte: Álex Cámara



**Figura 29 – Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas**  
Intervenção do *atelier* Menos é Mais Arquitectos e João Mendes Ribeiro.  
Fonte: José Campos



**Figura 30 – Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas**  
Fonte: José Campos



**Figura 31 – Vista aérea do contexto da Fábrica do Álcool**  
Fonte: Google Earth

### 3.3. Análise dos contributos do processo participativo

#### 3.3.1. Contributos submetidos através do micro site

No âmbito do período de auscultação pública, que decorreu durante os meses de fevereiro e março de 2025, foi feito o levantamento dos usos sugeridos por categorias de usos e atividades. Da sua análise emergiram 23 categorias de primeiro nível, agrupadas em 9 macro-categorias. A maior incidência verifica-se em “Património & Museu”, com 4 ocorrências, seguindo-se “Habitação”, “Comércio & Serviços” e “Equipamentos Coletivos & Lazer”, cada uma com 3 menções.

## METODOLOGIA

- Recolha: 8 contributos submetidos entre fevereiro e março de 2025.
- Estruturação: extração de dados, normalização de campos (proponente, data, categorias, propostas, descrição).
- Classificação: identificação das categorias propostas; contagem de 1 ocorrência por contributo; e posterior agregação em macro-categorias.

## SÍNTESE DOS CONTRIBUTOS

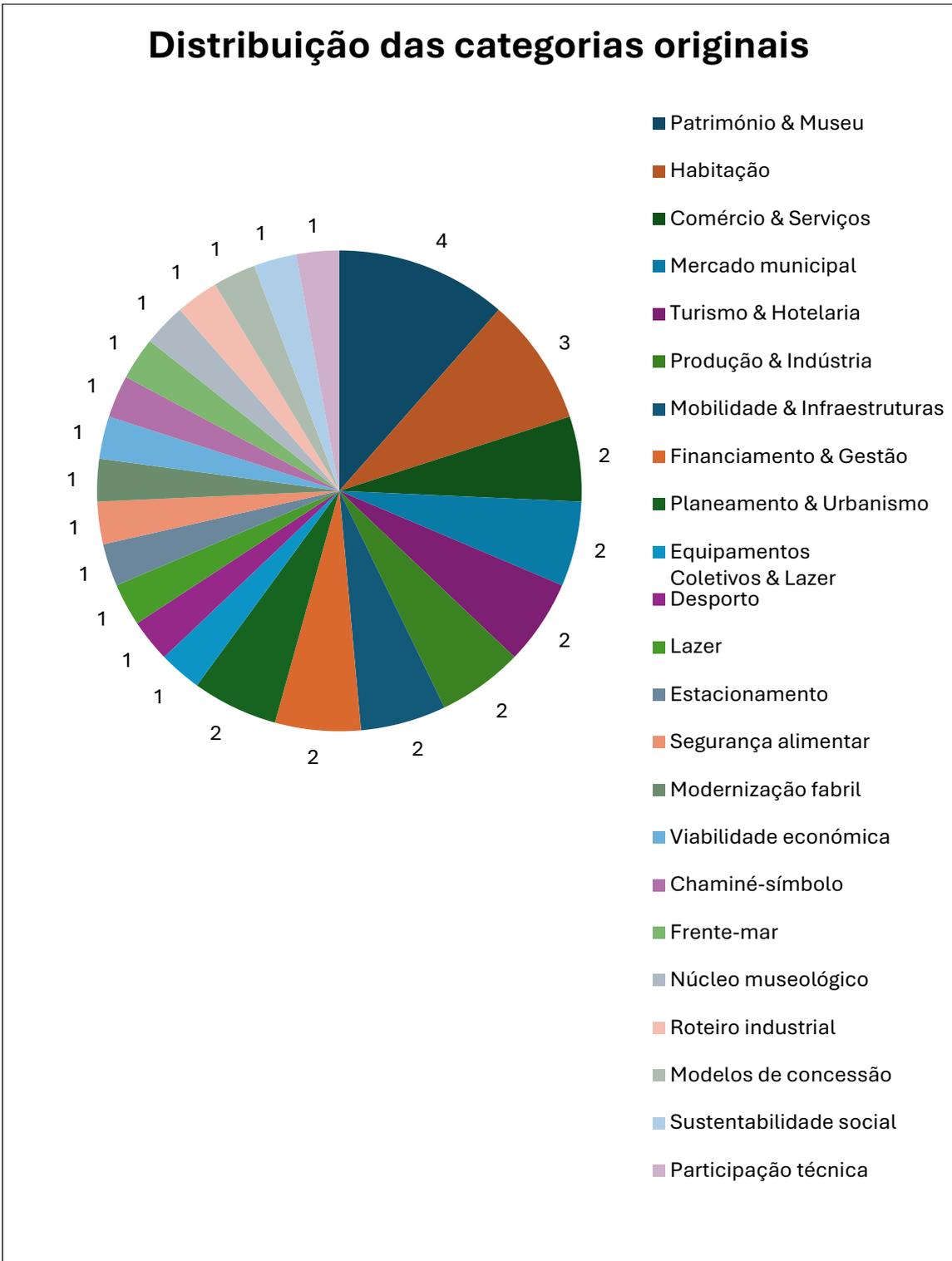
	<b>Categorias</b>	<b>Síntese</b>
1	Património & Museu Produção & Indústria Financiamento & Gestão	Manutenção da laboração industrial; rejeita reconversão meramente museológica ou paisagística; necessidade de apoio público.
2	Turismo & Hotelaria Habitação Património & Museu	Museu de turismo industrial nos edifícios-âncora e reconversão periférica para habitação acessível.
3	Património & Museu Produção & Indústria	Modernização da produção; património entendido como secundário.
4	Comércio & Serviços Mercado municipal	Criação de mercado municipal contemporâneo para suprir carência concelhia.
5	Planeamento & Urbanismo	Estudo académico de requalificação e oferta de colaboração técnica.
6	Turismo & Hotelaria Património & Museu	Hotel de estilo “chique industrial” com núcleo museológico e roteiro de turismo industrial.
7	Comércio & Serviços Habitação Mobilidade & Infraestruturas	Centro urbano: restauração, comércio, animação; parqueamentos; preservação da chaminé-símbolo.
8	Financiamento & Gestão Planeamento & Urbanismo Equipamentos Coletivos & Lazer Mobilidade & Infraestruturas Habitação Mercado municipal	Modelo de sustentabilidade baseado em concessões; clarificação de áreas a preservar; análise de restrições portuárias, rodoviárias e urbanísticas; elenco de usos sociais e desportivos.

## DISTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROPONENTES

Antes de proceder à agregação temática, procedeu-se à quantificação de todas as categorias propostas. A Tabela 1 e o Quadro 1 evidenciam a frequência absoluta de cada categoria proposta, permitindo identificar áreas de maior convergência ou lacunas de discussão e constituindo a base empírica para o exercício posterior de simplificação, com a agregação categorial.

<b>Categoria proposta</b>	<b>N.º de ocorrências</b>
Património & Museu	4
Habitação	3
Comércio & Serviços	2
Mercado municipal	2
Turismo & Hotelaria	2
Produção & Indústria	2
Mobilidade & Infraestruturas	2
Financiamento & Gestão	2
Planeamento & Urbanismo	2
Equipamentos Coletivos & Lazer	1
Desporto	1
Lazer	1
Estacionamento	1
Segurança alimentar	1
Modernização fabril	1
Viabilidade económica	1
Chaminé-símbolo	1
Frente-mar	1
Núcleo museológico	1
Roteiro industrial	1
Modelos de concessão	1
Sustentabilidade social	1
Participação técnica	1
Património & Museu	4

Tabela 1 – Identificação e distribuição das categorias propostas



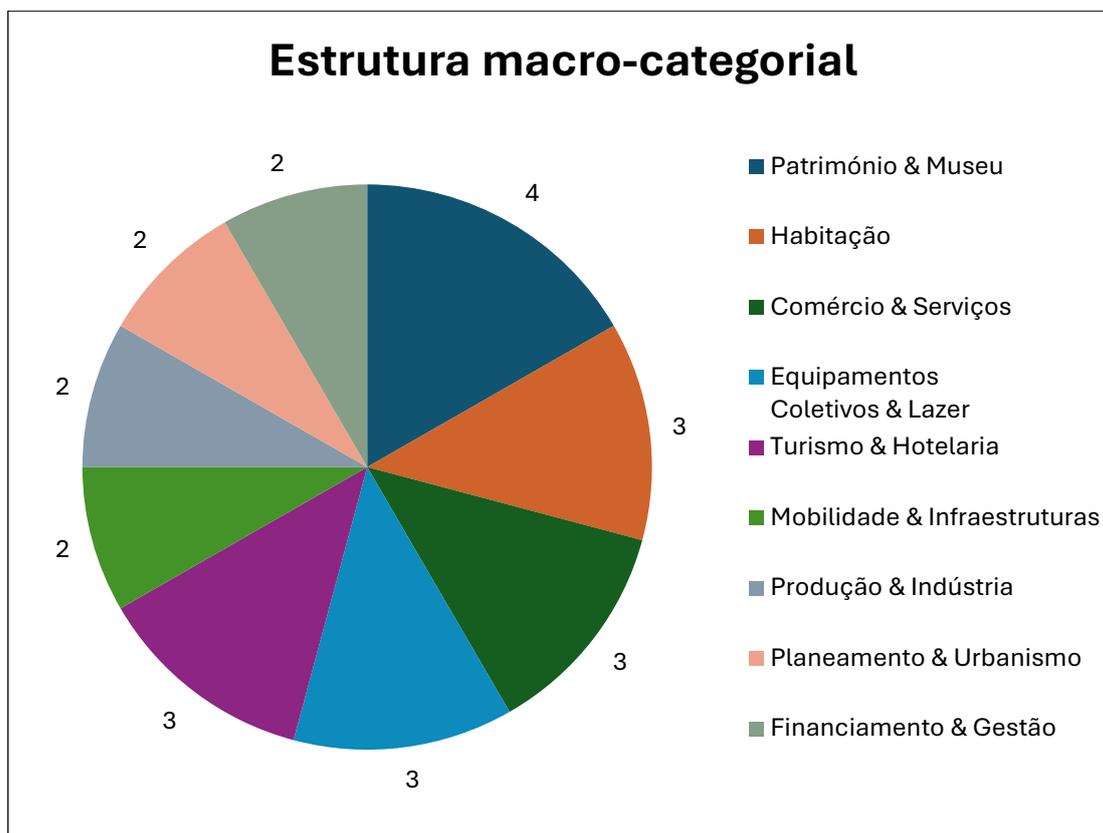
Quadro 1 – Identificação e distribuição das categorias propostas

### AGREGAÇÃO EM MACRO-CATEGORIAS

A Tabela 2 e o Quadro 2 consolidam as 24 propostas em 9 macro-categorias, agrupadas por afinidade funcional e conceptual. Este exercício de agregação elimina redundâncias, facilita a leitura transversal dos contributos e suporta a construção dos eixos estratégicos de intervenção.

Macro-categoria	N. de ocorrências	Subtemas exemplificativos
Património & Museu	4	Património & Museu
Habitação	3	Habitação
Comércio & Serviços	3	Comércio & Serviços
Equipamentos Coletivos & Lazer	3	Equipamentos Coletivos & Lazer
Turismo & Hotelaria	3	Turismo & Hotelaria
Mobilidade & Infraestruturas	2	Mobilidade & Infraestruturas
Produção & Indústria	2	Produção & Indústria
Planeamento & Urbanismo	2	Planeamento & Urbanismo
Financiamento & Gestão	2	Financiamento & Gestão

Tabela 2 – Agregação em macro-categorias



Quadro 2 - Agregação em macro-categorias

## ANÁLISE TEMÁTICA

**Património & Museu** – Salvaguarda dos elementos identitários através de núcleo museológico interpretativo.

**Habitação** – Mistura tipológica para revitalizar o recinto.

**Comércio & Serviços** – Polo comercial e gastronómico voltado à frente-mar.

**Equipamentos Coletivos & Lazer** – Valências sociais e zonas de lazer/desporto.

**Turismo & Hotelaria** – Hotel boutique e turismo industrial como motores de visitação.

**Mobilidade & Infraestruturas** – Estacionamento periférico para servir o novo complexo.

**Produção & Indústria** – Modernização fabril para manter emprego e identidade.

**Planeamento & Urbanismo** – Compatibilizar plano urbano e expansão portuária.

**Financiamento & Gestão** – Modelo híbrido público-privado para equilibrar preservação e exploração.

## CONCLUSÕES

A leitura comparada dos contributos evidencia um eixo estruturante: a antiga Fábrica do Álcool deve transformar-se num “património produtivo”, conciliando salvaguarda industrial, usos económicos contemporâneos e benefício coletivo para a Lagoa.

- a. Património & Museu – Reabilitar os edifícios-âncora, instalando núcleo museológico industrial e preservando a chaminé-símbolo.
- b. Modelo económico híbrido – Articular investimento público na salvaguarda com receitas de concessões comerciais, hoteleiras e habitacionais.
- c. Centralidade urbano-comercial – Criar frente-mar ativa com restauração, retalho e mercado municipal, atraindo residentes e visitantes.
- d. Habitação mista – Integrar oferta acessível e de mercado livre, garantindo diversidade social e vitalidade permanente.
- e. Equipamentos de proximidade – Incluir creche, lar sénior e zonas de lazer/desporto como contrapartida de serviço público.
- f. Mobilidade integrada – Prever terminal rodoviário, parques de estacionamento periféricos e rede pedonal/ciclável que ligue o recinto ao centro urbano.

Em síntese, as propostas convergem em três pilares:

1. Preservar para usar – Legado industrial reabilitado como motor cultural e turístico.
2. Diversificar para prosperar – Funções complementares (museu, comércio, habitação, equipamentos) asseguram resiliência económica.
3. Articular para escalar – Governação público-privada e soluções de ocupação garantem sustentabilidade financeira e integração territorial.

### 3.4. Balanço do Debate Público

A Comissão de Trabalho considera que a realização do debate público foi profícua, sendo que destaca os seguintes aspetos:

- a. Organização exemplar do evento, quer ao nível logístico e quer ao nível programático, o que permitiu que o evento decorresse como previsto, de forma

cívica e coordenada, resultando numa reflexão alargada e participada;

- b. Participação dos oradores pertinente e justificada ao contexto, dado o conteúdo das comunicações apresentadas e as considerações proferidas, as quais estão convertidas no presente relatório;
- c. Contributos do público, no geral, positivos e pertinentes, que reforçam a necessidade de uma intervenção urgente, com vista à preservação e salvaguarda do património existente e à respetiva requalificação e reuso do complexo edificado, mas ponderada e ajustada à realidade local;
- d. Consciencialização da complexidade de definir um programa de intervenção que seja consensual e imediato, dadas as necessidades de garantir segurança, de consolidar e/ou adaptar a novos usos as estruturas edificadas existentes, de avaliar o estado de conservação do edificado existente, de definir um novo programa para ocupação e de executar as respetivas obras de requalificação e/ou construção, prevendo, eventualmente, uma ocupação faseada;
- e. Reflexão programática com a apresentação de diversas sugestões para ocupação da antiga Fábrica do Álcool.

## 4. ENQUADRAMENTO NOS IGT's E CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO

### 4.1. Instrumentos de Gestão Territorial

#### 4.1.1. Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da ilha de São Miguel

De acordo com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da ilha de São Miguel, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/A, de 20 de fevereiro, o terreno insere-se em “áreas edificadas”.

Nos termos do respetivo regulamento, “as áreas edificadas correspondem às áreas com elevado nível de infraestruturização e concentração de edificações onde o solo se destina predominantemente à urbanização, mas, também, a outros usos e atividades que vierem a ser considerados nos termos dos respetivos planos territoriais” (cf. art. 31.º).

Nos termos do respetivo regulamento, o regime de ocupação e edificabilidade rege-se, essencialmente, pelas disposições dos respetivos planos territoriais.

#### 4.1.2. Plano Diretor Municipal (PDM) da Lagoa

De acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) da Lagoa, a que se refere o Aviso n.º 19717/2025/2, publicado em Diário da República n.º 150, II série, de 06/08/2025, que aprova da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal da Lagoa – Açores, o prédio está classificado na categoria de “Espaços Urbanos Consolidados”, nas subcategorias de “Lagoa – Cidade (UC1)” e “Lagoa – Central (UC2)”.

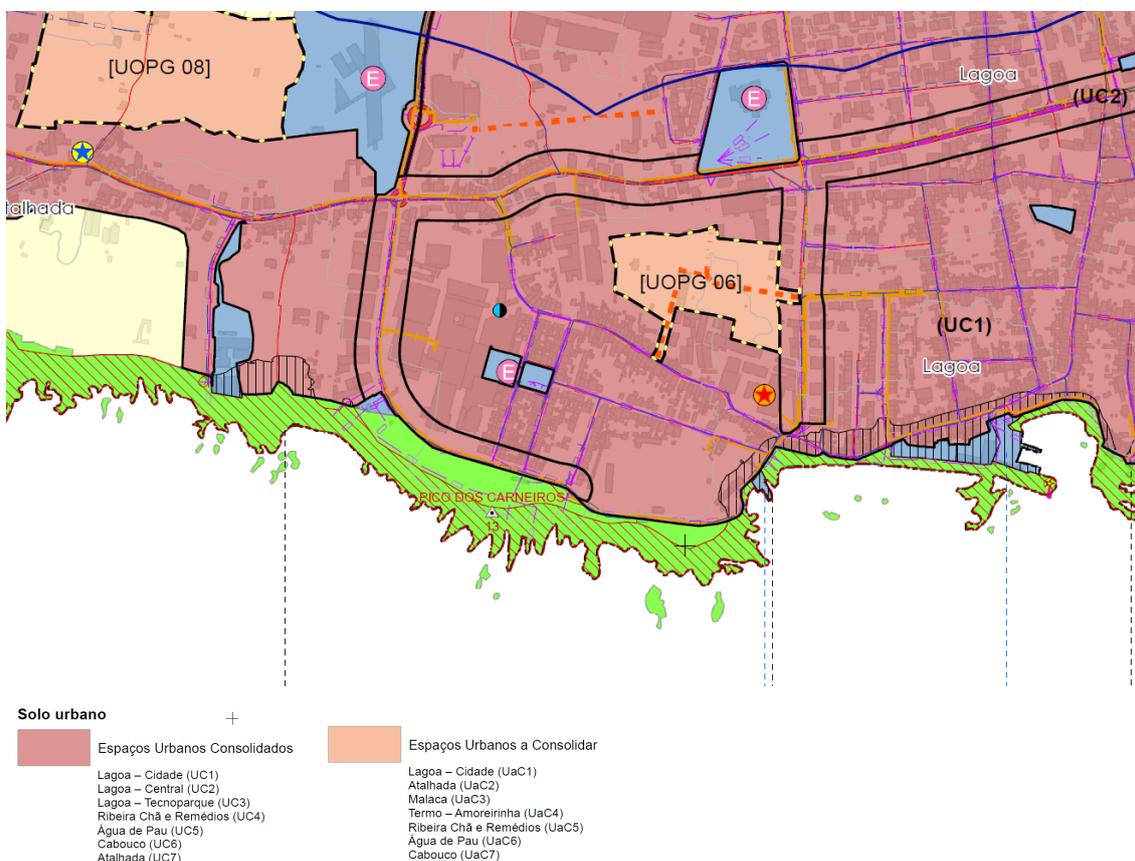


Figura 32 – Extrato da Planta de Ordenamento do PDM (s/e).

Os “Espaços urbanos consolidados”, segundo o citado diploma, “correspondem a áreas já ocupadas por diversos usos, nomeadamente, habitação unifamiliar e coletiva, comércio, turismo, serviços e pequena indústria artesanal, dispondo de uma rede de arruamentos com todas as infraestruturas básicas de apoio à edificação e cujos lotes ou parcelas se encontram maioritariamente ocupados por edificações”.

No que se refere ao regime geral de uso, ocupação e edificabilidade, conforme determina o artigo 67.º do referido diploma, temos:

*1 — No solo urbano são interditas as ocupações e utilizações seguintes:*

- a) Depósito de entulhos, de sucata, de produtos tóxicos ou perigosos e de resíduos de origem doméstica, industrial ou agropecuária e a instalação de aterros sanitários fora das áreas especificamente destinadas a esse fim;*
- b) Instalação de novas unidades de exploração de massas minerais, sempre que a localização destas se sobreponha com o solo urbano;*
- c) Descarga de efluentes sem tratamento adequado nos termos da legislação em vigor;*
- d) Criação de animais para fins comerciais;*
- e) Instalação de indústria não compatível com o uso urbano, nos termos da lei;*
- f) Realização de quaisquer atividades que perturbem o ambiente urbano no que se refere à poluição aérea, poluição sonora, manobras de cargas e descargas que sejam suscetíveis de durante o seu processo de laboração libertarem matérias nocivas para a segurança e saúde públicas;*
- g) Proceder a quaisquer atividades que possam pôr em risco pessoas e bens, designadamente as que potenciem os riscos de erosão dos solos e de degradação do seu valor ambiental.*

*2 — No solo urbano aplicam-se os critérios de edificabilidade seguintes:*

- a) A morfologia urbana, nomeadamente no que respeita à estrutura do espaço público e à linguagem das edificações, deve respeitar e valorizar a morfologia e imagem urbana envolvente, salvaguardando as áreas de maior sensibilidade, com definição da rede viária, espaços verdes e a afetar a equipamentos em conformidade com a legislação aplicável;*
- b) As características tradicionais do aglomerado devem ser respeitadas de modo que o tecido urbano mantenha a sua homogeneidade de conjunto, nomeadamente no que se refere a materiais de revestimento, coberturas, proporção dos vãos, elementos construtivos e cor;*

*3 — Nas áreas com ocupação predominantemente habitacional, podem existir equipamentos de comércio e serviços, cuja atividade seja compatível com o uso habitacional, desde que providos a evitar a degradação da qualidade de vida dos residentes e a causar incómodos para o meio ambiente envolvente.*

*4 — Nas áreas com ocupação predominantemente habitacional, podem existir edifícios industriais cuja atividade seja compatível com o uso habitacional, ficando os mesmos sujeitos ao regime seguinte:*

- a) Quando a área de implantação dos edifícios industriais for igual ou inferior a 1000 m<sup>2</sup>, aplica-se o regime referido no número anterior;*
- b) Quando a área de implantação dos edifícios industriais for superior a 1000 m<sup>2</sup>, apenas são admitidas obras de conservação e manutenção.*

5 — Nas áreas com ocupação predominantemente habitacional, podem coexistir equipamentos, serviços e atividades comerciais e produtivas compatíveis com o uso habitacional, desde que se verifiquem os parâmetros máximos de edificabilidade previstos no presente regulamento.

6 — O solo urbano tem um tecido predominantemente consistente onde é possível a edificação lote a lote ou através de loteamento urbano, de acordo com os índices máximos definidos no presente capítulo.

7 — No solo urbano, os critérios de edificabilidade aplicáveis são os definidos no presente capítulo.

8 — No solo urbano, a rede viária, o estacionamento e os espaços verdes e de utilização coletiva, observam os parâmetros de dimensionamento definidos no presente regulamento e na legislação em vigor que fixa os parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos de utilização coletiva.

Na subcategoria “Lagoa — Cidade (UC1)”, conforme estabelece os artigos n.ºs 72.º e 73.º do mesmo diploma, os parâmetros do regime de edificabilidade são os seguintes:

Índice máximo de ocupação do solo: 80 %

Habitação:

Número de pisos: 4

Altura da fachada máxima: 13m

Outros usos:

Número de pisos: 4

Altura da fachada máxima: 15 m + 1 m (zonas técnicas)

Na subcategoria “Lagoa — Central (UC2)”, conforme estabelece os artigos n.ºs 72.º e 73.º do mesmo normativo, na faixa de 50m de terreno confinante com a Av. António Medeiros de Almeida, os parâmetros do regime de edificabilidade são os seguintes:

Índice máximo de ocupação do solo: 90 %

Habitação:

Número de pisos: 4

Altura da fachada máxima: 13m

Outros usos:

Número de pisos: 4

Altura da fachada máxima: 15 m + 1 m (zonas técnicas)

Em modo de conclusão, para o prédio em apreço, relativamente aos instrumentos de planeamento e gestão territorial, não existem constrangimentos a que possa ser desenvolvida uma operação urbanística prevendo a manutenção e valorização do património industrial, habitação, comércio, serviços e equipamentos.

## 4.2. Complexo Industrial: caracterização arquitetónica e estado de conservação

Para sustentar as opções a tomar no documento orientador, realizou-se, a partir de uma visita técnica ao local, uma caracterização arquitetónica sumária, com a respetiva análise do estado de conservação de todos os edifícios que fazem parte do complexo da Fábrica do Álcool, na Lagoa.

Não obstante, considera-se que numa fase posterior seja necessária uma abordagem com maior pormenorização e abrangência, incluindo uma avaliação estrutural fundamentada dos elementos construtivos existentes, por entidades competentes.

O principal objetivo desta caracterização prende-se com uma análise geral da materialidade e estado de conservação dos principais elementos construtivos, tais como paredes exteriores e interiores, coberturas, pavimentos, tetos, vãos, bem como, de informação de uso e número de pisos.

Associado a cada elemento construtivo, foi igualmente analisado o seu estado de conservação, para o qual, e à semelhança dos critérios utilizados na ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios aplicado no NRAU (Novo Regime de Arrendamento Urbano), foram considerados os seguintes níveis: bom, médio, mau e ruína. À ausência de anomalias, ou anomalias sem significado, dos elementos construtivos, foi atribuído o nível “bom” de conservação. Aos elementos construtivos que contenham anomalias prejudiciais ao uso ou conforto, cuja reparação/conservação requeiram trabalhos de fácil execução, adotou-se o nível de conservação “médio”. No caso da existência de anomalias que prejudicam o uso ou conforto, que requerem trabalhos de difícil execução para a sua reparação, ou que colocam em risco a saúde e segurança podendo motivar acidentes sem gravidade, foi atribuído o nível “mau” de conservação. Por fim, a existência de anomalias que colocam em risco a saúde e segurança de pessoas e bens, que possam originar acidentes com gravidade, foi considerado o nível mais gravoso, de “ruína”.

Foram avaliados todos os edifícios que compõe o complexo, atribuindo-se uma numeração a cada um, com início na entrada sul, e fim no seu limite a norte, compreendendo um total de 10 edifícios, com usos diversos no passado fabril, desde a portaria, armazéns, escritórios, casa do operário, depósitos de álcool, graneis, até aos edifícios de fabrico de álcool, propriamente dito. Incluiu-se igualmente a zona de tanques exteriores, pela sua dimensão, contexto e relevo no urbanismo deste complexo fabril. Por último, alguns dos edifícios foram subdivididos em secções, devido à sua variedade e especificidade construtiva e volumétrica.

Analisando-se a materialidade do complexo fabril, constatamos que de uma maneira geral as paredes exteriores e a maioria dos interiores, são em alvenaria de pedra basáltica. As coberturas variam entre telha cerâmica, em edifícios de armazenamento e na casa do operário, e telhas de fibrocimento, na portaria, escritório e nas zonas que envolvem a produção e depósito de álcool. Os pavimentos térreos são na sua grande maioria em betonilha, havendo pontualmente zonas com revestimento cerâmico, e os pisos intermédios, quando existentes, são em soalho de madeira e nalguns locais em betonilha (como revestimento de estruturas em alvenaria e/ou betão armado). Os vãos

são na sua grande maioria em caixilharia de madeira, com vidro simples, excepcionando-se apenas uma zona de armazenamento, com caixilhos em alumínio. Por fim, e tendo em conta que a maioria dos tetos se encontram em ruínas, salientamos a predominância de estruturas de cobertura em madeira (algumas delas igualmente em ruínas), e pontualmente metálica, na zona de fabrico. A existência de forros de madeira cantilada, está presente apenas nos edifícios com coberturas em telha cerâmica, e o uso de tetos falsos resumem-se aos edifícios de entrada do complexo (portaria e escritório).

Em termos volumétricos, a maioria dos edifícios tem 1 a 2 pisos, excetuando-se uma secção do edifício de laboração e respetiva chaminé, com 4 pisos. Trata-se de um complexo com uma volumetria, escala e implantação com grande harmonia quer no seu conjunto como na envolvente urbana em que se insere, numa escala de cidade muito equilibrado entre cheios e vazios.



Figura 33 – Planta de identificação dos edifícios.

Relativamente ao estado de conservação dos elementos construtivos, conclui-se que as coberturas e tetos são os que se encontram em pior estado, maioritariamente inexistentes ou em ruínas, seguindo-se os vãos, despoletando assim um conjunto de anomalias significativas nos restantes elementos construtivos, como sejam pisos intermédios e térreos, e as próprias alvenarias de pedra das paredes exteriores.

Constata-se igualmente que os edifícios em pior estado de conservação geral (em ruína), são os afetos à produção do álcool e ao seu armazenamento, que inclui o edifício principal da fábrica (edifício 4, no mapa), a zona de armazém com tanques anexa (edifício 3), o edifício da casa do operário (edifício 5), e zonas de armazenamento e graneis (edifícios 8.2 e 9), sendo que os restantes edifícios apesar de não se encontrarem em ruínas, apresentam um conjunto significativo de anomalias, que levantam algumas preocupações ao nível da sua conservação.

Conclui-se assim a urgência de uma intervenção na generalidade do complexo, com especial relevo na mitigação do estado de ruína da maioria dos seus edifícios, e na contenção da degradação a que os restantes edifícios se encontram sujeitos. Salientamos ainda a importância de um conhecimento e análise arquitetónica e estrutural mais exaustiva e aprofundada, em fases posteriores, para uma correta reabilitação dos edifícios, nos futuros usos propostos.

ID	Designação	Número de pisos	Paredes exteriores		Coberturas		Vãos Exteriores	
			Tipo	Estado	Tipo	Estado	Tipo	Estado
1	Portaria	1	Alvenaria de pedra	Médio	Telha fibrocimento	Médio	Caixilharia madeira	Mau
2	Escritório	1	Alvenaria de pedra	Médio	Telha fibrocimento	Médio	Caixilharia madeira	Mau
3	Armazém/tanques	2	Alvenaria de pedra	Mau	Não tem	Ruína	Caixilharia madeira	Ruína
4.1	Fábrica	4	Alvenaria de pedra	Mau	Não tem	Ruína	Caixilharia madeira	Ruína
4.2	Fábrica	2	Alvenaria de pedra	Mau	Não tem	Ruína	Caixilharia madeira	Mau
4.3	Fábrica	1	Alvenaria de pedra	Mau	Telha fibrocimento	Ruína	Caixilharia madeira	Mau
4.4	Fábrica - chaminé	6 aprox.	Alvenaria de pedra	Mau	Não tem	N/A	Não tem	N/A
4.5	Fábrica	2	Alvenaria de pedra	Mau	Não tem	Ruína	Caixilharia madeira	Ruína
5.1	Casa do Operário	3	Alvenaria de pedra	Mau	Telha cerâmica	Ruína	Caixilharia madeira	Ruína
5.2	Casa do Operário	1	Alvenaria de pedra	Mau	Telha cerâmica	Ruína	Caixilharia madeira	Ruína
6	Tanques exteriores	1	Alvenaria de pedra	Mau	Não tem	N/A	Não tem	N/A
7	Armazém/oficina	2	Alvenaria de pedra	Mau	Telha cerâmica	Mau	Caixilharia madeira	Mau
8.1	Armazém	2	Alvenaria de pedra	Mau	Telha fibrocimento	Médio	Caixilharia alumínio	Médio
8.2	Armazém - vendas	1	Alvenaria de pedra	Mau	Telha cerâmica	Ruína	Caixilharia madeira	Mau
9	Granel	2	Alvenaria de pedra	Mau	Não tem	Ruína	Caixilharia madeira	Ruína
10	Depósito álcool	1	Alvenaria de pedra	Mau	Telha fibrocimento	Médio	Não tem	Ruína

**Quadro 3 – Caracterização das componentes construtivas exteriores e respetivos estados de conservação.**

ID	Designação	Pavimento térreo		Pavimento(s) intermédio(s)		Teto(s)		Estado geral
		Tipo	Estado	Tipo	Estado	Tipo	Estado	
1	Portaria	Sem acesso		Não tem	N/A	Sem acesso		Médio
2	Escritório	Cerâmico	Médio	Não tem	N/A	Teto falso	Mau	Mau
3	Armazém/tanques	Betonilha	Mau	Betonilha	Ruína	Não tem	Ruína	Ruína
4.1	Fábrica	Betonilha	Ruína	Betonilha	Ruína	Asnas metálicas Sem forro	Ruína	Ruína
4.2	Fábrica	Betonilha	Ruína	Não tem	N/A	Asnas metálicas Sem forro	Ruína	Ruína
4.3	Fábrica	Betonilha	Mau	Não tem	N/A	Asnas metálicas Sem forro	Ruína	Ruína
4.4	Fábrica - chaminé	Não tem	N/A	Não tem	N/A	Não tem	N/A	Mau
4.5	Fábrica	Betonilha	Mau	Betonilha	Ruína	Estrutura mista	Ruína	Ruína
5.1	Casa do Operário	Betonilha	Mau	Sem acesso	Ruína	Asnas de madeira e forro	Ruína	Ruína
5.2	Casa do Operário	Betonilha	Ruína	Não tem	N/A	Asnas de madeira Sem forro	Ruína	Ruína
6	Tanques exteriores	Pedra com argamassa	Mau	Não tem	N/A	Não tem	N/A	Mau
7	Armazém/oficina	Betonilha	Médio	Soalho em madeira	Mau	Asnas de madeira e forro	Mau	Mau
8.1	Armazém	Betonilha	Médio	Betonilha	Médio	Estrutura mista	Médio	Médio
8.2	Armazém - vendas	Betonilha	Ruína	Não tem	N/A	Asnas de madeira e forro	Ruína	Ruína
9	Granel	Betonilha	Ruína	Soalho em madeira	Ruína	Asnas de madeira e forro	Ruína	Ruína
10	Depósito álcool	Betonilha	Mau	Não tem	N/A	Asnas de madeira Sem forro	Mau	Mau

**Quadro 4 – Caracterização das componentes construtivas interiores e respetivos estados de conservação.**



**Figura 34 – Conjunto dos edifícios centrais do complexo industrial.**  
Autor: Hugo Moreira



**Figura 35 – Interior do edifício central da Fábrica.**  
Autor: Hugo Moreira



**Figura 36 – Edifício “Casa do Operário” e chaminé.**  
Autor: Hugo Moreira



**Figura 37 - Conjunto dos edifícios centrais do complexo industrial (vista posterior).**  
Autor: Hugo Moreira



**Figura 38 - Edifício do Depósito de Enchimento de Álcool e Granel (à direita) e edifício Armazém de Materiais (à esquerda).**  
Autor: Hugo Moreira



**Figura 39 - Edifício do Depósito de Enchimento de Álcool e Granel.**  
Autor: Hugo Moreira



**Figura 40 - Edifício do Depósito de Álcool.**  
Autor: Hugo Moreira

## 5. RECOMENDAÇÕES

Considerando as observações e a manifesta preocupação dos cidadãos, aquando dos momentos de participação e auscultação pública, a análise urbanística, da envolvente e dos instrumentos de gestão territorial, e a caracterização arquitetónica e do estado de conservação do complexo da Fábrica do Álcool, sistematizada nos capítulos anteriores do presente relatório, consideramos como pertinentes, a curto prazo, as recomendações seguintes:

- Urgência de uma intervenção nas coberturas dos edifícios classificados, de forma a conter a degradação galopante a que estão sujeitos devido à infiltração de águas;
- Realização de limpezas de impurezas, vegetação, entulho e dejetos de animais no interior dos edifícios, de forma a minimizar as patologias decorrentes da sua existência nos mesmos, enquanto não se realizarem intervenções estruturais no complexo;
- Desenvolvimento de medidas que impeçam a entrada e ação de pombas ou outros animais no interior dos edifícios, minimizando a degradação que estes animais incutam nos mesmos;
- Consolidação dos elementos estruturais e das componentes construtivas, que apresentam maior risco de vulnerabilidade, como é o caso das chaminés e dos edifícios classificados, mediante as conclusões do relatório a que se refere o item seguinte;
- Conclusão do relatório de caracterização e avaliação do estado de conservação do edificado, que está a ser elaborado pelo LREC, incluindo a avaliação estrutural das componentes e dos elementos construtivos e das patologias existentes;
- Realização do estudo Geológico e Geotécnico, que forneça informações detalhadas sobre as características do solo, visando garantir a segurança, a viabilidade técnica e a economia da intervenção, nomeadamente, a possibilidade de escavação para possíveis novas construções nas áreas livres do complexo;
- Execução do levantamento arquitetónico, de forma a determinar as áreas de implantação, as áreas de construção e a volumetrias do edificado existente, informação relevante aos estudos e projetos a implementar;
- Realização de eventual levantamento digital 3d, por laser scan, para construção de um modelo BIM, complementar aos estudos anteriores;
- Conclusão da inventariação do património móvel, que está a ser realizada pelos serviços do Museu Carlos Machado, com descrição e caracterização pormenorizada dos equipamentos/maquinaria existentes e dos, entretanto, removidos, permitindo a sua possível inclusão em equipamento cultural (quer na forma física, como virtual).

## CONCLUSÃO

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Trabalho criada pela Ordem dos Arquitectos – Secção Regional dos Açores, com o objetivo de prestar apoio especializado, promover a reflexão e o debate, investigar e realizar tarefas específicas sobre a requalificação da Fábrica do Açúcar, é elaborado o presente relatório intercalar que apresenta a análise dos contributos dos cidadãos e sistematiza as diligências, entretanto, realizadas, que inclui a avaliação do estado de conservação e caracterização do edificado, a reflexão sobre medidas a implementar a curto prazo, bem como a metodologia a seguir para definição do programa para a intervenção e requalificação da antiga Fábrica do Álcool.

Neste sentido, resumidamente, recomenda-se que o Governo dos Açores, através da articulação de vários departamentos, como a Direção Regional das Obras Públicas e a Direção Regional da Cultura, implemente um conjunto de medidas imediatas para preservação e salvaguarda do património da antiga Fábrica do Álcool, nomeadamente:

- a. Intervenção urgente nas coberturas dos edifícios classificados, de modo a impedir a infiltração de águas;
- b. Consolidação dos elementos estruturais e das componentes construtivas;
- c. Realização de limpezas de impurezas, vegetação, entulho e dejetos de animais no interior dos edifícios;
- d. Tomar medidas que impeçam a entrada e ação de pombas ou outros animais no interior dos edifícios;
- e. Conclusão do relatório de caracterização e avaliação do estado de conservação do edificado;
- f. Diligenciar pela realização do Estudo Geológico e Geotécnico;
- g. Diligenciar pela execução do Levantamento Arquitetónico;
- h. Concluir a inventariação do património móvel, com descrição e caracterização pormenorizada dos equipamentos/maquinaria existentes.

O programa da futura intervenção para requalificação da antiga Fábrica do Álcool, embora o consenso aponte para mercado de produtos gastronómicos locais e outros (destinado a artesãos e artistas), oficinas criativas/espços de *coworking*, sala multiusos (equipado com copa para eventual apoio), espaços de restauração e cafetaria, espaços para comércio e serviços, empreendimento turístico (com elementos diferenciadores de valorização da identidade industrial), espaços verdes e de lazer (destinados a várias faixas etárias), demolição dos muros envolventes ou rebaixamento dos mesmos (com condicionamento dos acessos aos espaços exteriores) e criação de estacionamento, será definido pela Comissão de Trabalho com base em estudo a desenvolver, que terá em consideração as condicionantes de ocupação, o enquadramento nos instrumentos de gestão territorial e os respetivos impactes arquitetónicos e urbanísticos.

No último trimestre deste ano de 2025, a Comissão de Trabalho deverá concluir o documento com a proposta de programa e medidas a desenvolver para a requalificação da Fábrica do Álcool, que será entregue pela Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos à Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública do Governo dos Açores.

## Índice de Figuras

Figura 1 – Fábrica de Álcool da Lagoa, autor desconhecido, data desconhecida (décadas de 1960-70).	4
Figura 2 – Fábrica de Álcool da Lagoa, autor desconhecido, data desconhecida (décadas de 1960-70). Fonte: Uma geocache de CMLagoa/Clubedegeocachingesl.....	8
Figura 3 – Laboratório da Fábrica, autor desconhecido, data desconhecida (décadas de 1960-70).....	9
Figura 4 – Trabalhadores da Fábrica do Álcool Lagoa São Miguel, foto de José F.C. Sousa, sem data (anos de 1960).....	10
Figura 5 – Passeios de trabalhadores organizados em pesados da União das Fábricas Açorianas do Álcool (UFAA), autor desconhecido. Coleção de Durval Faria, sem data (década de 1960).....	11
Figura 6 – Representantes do Governo dos Açores, da Câmara da Lagoa e da Ordem dos Arquitectos.	16
Figura 7 – Concentração dos participantes no encontro na Fábrica do Álcool.....	16
Figura 8 – Visita guiada conduzida por Marcelo Borges.....	17
Figura 9 – Percurso da visita guiada.....	17
Figura 10 – Pormenor do panfleto da visita guiada.....	18
Figura 11 – Visita ao edifício dos depósitos (tanques).....	18
Figura 12 – Painel da conferência “Planear, intervir e devolver um espaço humanizado”.....	19
Figura 13 – Plateia da Conferência “Planear, intervir e devolver um espaço humanizado”.....	19
Figura 14 – Localização da antiga Fábrica do Álcool.....	30
Figura 15 – Ensamble Studio.....	30
Figura 16 – Ensamble Studio.....	31
Figura 17 – Antigo matadouro, localizado na cidade de Milão.....	31
Figura 18 – Antigo matadouro, localizado na cidade de Milão.....	32
Figura 19 – Antigo matadouro, localizado na cidade de Milão.....	32
Figura 20 – Antigo matadouro da zona industrial do Porto.....	33
Figura 21 – Antigo matadouro da zona industrial do Porto.....	33
Figura 22 – Antiga fábrica “A Ideal”, Coimbra.....	34
Figura 23 – Antiga fábrica “A Ideal”.....	34
Figura 24 – Casa da Arquitetura, em Matosinhos.....	35
Figura 25 – Casa da Arquitetura, em Matosinhos.....	35
Figura 26 – Antiga Fábrica de Açúcar San Isidro, em Granada.....	36
Figura 27 – Antiga Fábrica de Açúcar San Isidro, em Granada.....	36
Figura 28 – Edifício do Campus de Sustentabilidade da Universidade de Granada.....	37
Figura 29 – Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas.....	37
Figura 30 – Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas.....	38
Figura 31 – Vista aérea do contexto da Fábrica do Álcool.....	38
Figura 32 – Extrato da Planta de Ordenamento do PDM (s/e).....	45
Figura 33 – Planta de identificação dos edifícios.....	49
Figura 34 – Conjunto dos edifícios centrais do complexo industrial.....	52
Figura 35 – Interior do edifício central da Fábrica.....	52
Figura 36 – Edifício “Casa do Operário” e chaminé.....	53

Figura 37 – Conjunto dos edifícios centrais do complexo industrial (vista posterior) .....	54
Figura 38 – Edifício do Depósito de Enchimento de Álcool e Granel (à direita) e edifício Armazém de Materiais (à esquerda).....	54
Figura 39 – Edifício do Depósito de Enchimento de Álcool e Granel .....	55
Figura 40 – Edifício do Depósito de Álcool .....	55

### Índice de Tabelas

Tabela 1 – Identificação e distribuição das categorias propostas .....	40
Tabela 2 – Agregação em macro-categorias.....	42

### Índice de Quadros

Quadro 1 – Identificação e distribuição das categorias propostas.....	41
Quadro 2 – Agregação em macro-categorias.....	42
Quadro 3 – Caracterização das componentes construtivas exteriores e respetivos estados de conservação. ....	50
Quadro 4 – Caracterização das componentes construtivas interiores e respetivos estados de conservação. ....	51

## Ficha Técnica

### ORDEM DOS ARQUITECTOS - SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES

#### CONSELHO DIRETIVO

Nuno Costa – Presidente

Catarina Pinheiro – Vice-presidente

Miguel Machado

Ana Rita Campos

#### ASSESSORIA

Tiago Andrade

#### APOIO JURÍDICO

Nuno Bettencourt Raposo

#### SECRETARIADO

Emanuel Bulhões

#### DESIGN GRÁFICO

Pedro Martins

### COMISSÃO DE TRABALHO PARA A INTERVENÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA FÁBRICA DO ÁLCOOL

#### COORDENADOR

Nuno Costa

#### COMISSÁRIOS

Melânia Garcia

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública – Governo dos Açores

João Rebelo Costa

Direção Regional das Obras Públicas

Carolina Cordeiro

Direção Regional da Cultura

Frederico Sousa

Câmara Municipal da Lagoa

Encarnação Duarte

Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª do Rosário

Teresa Viveiros

Museu da Lagoa

Monteiro da Silva

Ordem dos Economistas – Delegação dos Açores

Igor Espínola de França

Jorge Kol de Carvalho

Paulo André Franco

Sílvia Santos

Paulo Vieitas

Miguel Frazão de Medeiros

Hernâni Ponte

Isabel Soares de Albergaria (UAc / CHAM)

Joana Mourão (CiTUA-IST)

#### RELATOR

Tiago Andrade

Emanuel Bulhões (suplente)

#### ASSESSORIA

Tiago Andrade

Emanuel Bulhões (suplente)

### ESPECIALISTAS/INVESTIGADORES

Isabel Soares de Albergaria

UAc / CHAM

José Amado Mendes

UC / UAL

José Manuel Lopes Cordeiro

CICS.NOVA.UMinho / APPI-TICCIH Portugal / RPTI

Inês Vieira Rodrigues

CEAU.FAUP

SINAGA

**Ordem dos Arquitectos**

**Secção Regional dos Açores**

Largo da Matriz n.º 60, 2.º andar

9500-348 Ponta Delgada

São Miguel – Açores

Tel. +351 296 283 201

E-mail: [acores.geral@ordemdosarquitectos.org](mailto:acores.geral@ordemdosarquitectos.org)

